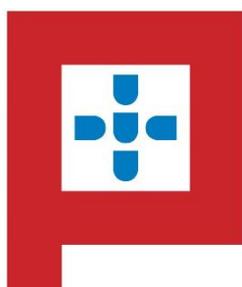


FUNDAÇÃO BATALHA DE
ALJUBARROTA

RELATÓRIO ANUAL 2024



FUNDAÇÃO BATALHA DE
ALJUBARROTA

ÍNDICE

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	5
1. GOVERNAÇÃO.....	7
2. FINANCIAMENTO.....	7
3. CAMPO MILITAR DE ALJUBARROTA – MONUMENTO NACIONAL.....	8
a) Recuperação paisagística e Gestão territorial do campo militar.....	10
b) Espólio Afonso do Paço.....	12
c) Investigação Científica e Divulgação.....	13
d) Trabalhos Arqueológicos.....	13
e) Expansão dos circuitos visitáveis do campo militar.....	15
f) Plano Pormenor de Salvaguarda de São Jorge.....	16
4. CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA BATALHA DE ALJUBARROTA (CIBA).....	17
a) O funcionamento do Centro de Interpretação.....	17
b) Loja do CIBA.....	19
c) Serviços Educativos (Jovens).....	19
d) Corporate.....	20
e) Famílias.....	21
f) Séniores.....	21
5. OUTRAS ATIVIDADES.....	22
6. FILME BIOGRÁFICO DE NUNO ALVARES PEREIRA.....	23
7. ROTEIRO DA GUERRA DA INDEPENDÊNCIA (1383-1385).....	24
a) Campo da Batalha de Atoleiros.....	25
b) Campo da Batalha de Trancoso.....	26
8. ROTEIRO DA GUERRA DA RESTAURAÇÃO (1640- 1668).....	26
a) Campo e Padrão da Batalha de Montes Claros.....	27
b) Centro de Interpretação da Guerra da Restauração.....	28
c) Centro Interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo.....	29
9. MECENATO.....	29
10. ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA.....	31
11. FUNDO PERPÉTUO.....	31
12. CONSELHO DE CURADORES.....	31
13. PERSPETIVAS PARA O ANO DE 2025.....	32
a) Governação e Financiamento.....	32
b) Execução do Plano Estratégico.....	32
c) Alterações relevantes no CIBA.....	33
14. ATIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA FUNDAÇÃO.....	35
15. APLICAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	36
16. AGRADECIMENTOS.....	36
a) Corpos Sociais da Fundação Batalha de Aljubarrota.....	38
b) Classe de produtos comercializáveis com a marca Fundação Batalha de Aljubarrota.....	39
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	41
1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	53
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 55	
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	55
4. CAIXA E DEPÓSITOS.....	60
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	60
6. Propriedades de Investimento.....	61
7. Inventários- Mercadorias.....	61
8. Clientes.....	62

9.	Outros créditos a receber.....	62
10.	Estado e Outros Entes Públicos	62
11.	Outros ativos financeiros.....	62
12.	Fundos Próprios.....	64
13.	Outras dívidas a pagar.....	65
14.	Vendas e Prestação de Serviços	66
15.	Subsídios à Exploração- Donativos	66
16.	Fornecimentos e Serviços Externos	66
17.	Gastos com o pessoal.....	67
18.	Provisões	67
19.	Outros rendimentos	68
20.	Outros gastos.....	68
21.	Juros e rendimentos similares obtidos	69
22.	Partes relacionadas	69
23.	Acontecimentos após a data do balanço.....	69
	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	71



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Relatório do Conselho de Administração

1. GOVERNAÇÃO

O ano de 2024 foi marcado pelo aprofundamento de um modelo de governação assente nos princípios da decisão eficaz, da preservação do património fundacional e da partilha de informação entre os diferentes *stakeholders*. Este modelo mantém a centralidade da decisão no Conselho de Administração e no Conselho Executivo, promovendo simultaneamente reuniões periódicas conjuntas com o Conselho de Curadores, o que reforça a articulação estratégica entre os diversos órgãos sociais da Fundação.

Este modelo visa consolidar o princípio da gestão partilhada, com especial enfoque no alargamento das componentes informativas associadas à sustentabilidade e ao acompanhamento da atividade da Fundação. Neste sentido, continuaremos a dar um novo impulso ao acompanhamento das ações desenvolvidas, assegurando uma governação mais próxima, transparente e eficaz.

Ainda no que respeita a Governação deliberou-se criar a figura do Diretor Geral da Fundação que acumulará essa função com a Direção Geral do CIBA

No que diz respeito ao CIBA, está prevista a adaptação do seu modelo de governação, com a valorização do papel do seu Conselho Consultivo, promovendo uma maior integração das suas recomendações na gestão e no planeamento estratégico.

A partilha de informação, através de reportes mensais simplificados junto dos órgãos sociais, será mantida e reforçada, garantindo um fluxo de comunicação contínuo e eficaz. Paralelamente, será definida e implementada uma política de proximidade com os *stakeholders* locais, com o objetivo de assegurar relações de convivência e cooperação mutuamente benéficas.

A nível internacional, a Fundação continuará a acompanhar e a interagir com fundações congéneres, com vista à promoção turística e à partilha de experiências e boas práticas.

Durante o ano de 2024, realizaram-se as seguintes reuniões dos órgãos executivos:

Conselho de Administração	4
Conselho Executivo	7

Importa ainda destacar o acompanhamento constante por parte do Conselho de Curadores, com especial ênfase na reunião dedicada à apreciação do Orçamento e Plano de Atividades para 2024. Esta sessão permitiu um debate partilhado e construtivo em torno dos objetivos estratégicos da Fundação para o ano em curso.

2. FINANCIAMENTO

O modelo de financiamento da Fundação assenta na conjugação entre a obtenção de receitas operacionais e o controlo rigoroso dos custos administrativos, com o objetivo de assegurar um equilíbrio operacional sustentável. Este equilíbrio considera o contributo regular do mecenato e os rendimentos provenientes do fundo perpétuo, desde que estes excedam a taxa de inflação.

Neste enquadramento, a política de mecenato assume um papel central. A Fundação definiu como objetivo a captação de receitas de mecenato regular num intervalo entre 450.000€ e 550.000€ anuais. Este montante é essencial para garantir o financiamento equilibrado do CIBA, complementado pelas receitas obtidas com as suas vendas e por outras fontes de rendimento. Neste ano ficou-se aquém desse objectivo mas largamente compensado pelo mecenato no âmbito da Autorização de Residência por Investimento.

Paralelamente, a Fundação tem vindo a desenvolver uma campanha de mecenato especial, direccionada para novas iniciativas de grande dimensão. A estratégia definida prevê que novas iniciativas — ou iniciativas com possibilidade de autonomização — sejam, preferencialmente, financiadas por mecenato específico, assegurando assim a sua viabilidade sem comprometer a sustentabilidade do modelo de financiamento geral.

Em 2024, manteve-se o esforço de captação de mecenato regular, destacando-se, no entanto, o impacto significativo do mecenato especial, enquadrado no regime de Mecenato Cultural no âmbito da Autorização de Residência por Investimento (ARI). Este resultado decorre, em particular, dos dois projetos certificados pelos Despachos de Sua Excelência, o Ministro da Cultura, datados de 16 de junho de 2021 e de 15 de setembro de 2021.

O total de receitas obtidas pela política de mecenato da Fundação atingiu, no ano de 2024, o montante global de 2.193.877,00€, repartido da seguinte forma:

Mecenato Regular	157.077,00€
Mecenato Especial	36.800,00€
Mecenato ARI	2.000.000,00€

3. CAMPO MILITAR DE ALJUBARROTA – MONUMENTO NACIONAL

A importância histórica do Campo Militar de Aljubarrota foi reconhecida desde cedo, remontando ao ano de 1910, quando a Capela de São Jorge — situada no próprio campo de batalha e correspondente à posição ocupada por Nuno Álvares Pereira no dia da Batalha de Aljubarrota — foi oficialmente classificada como monumento nacional. Desde então, vários atos administrativos foram adotados para proteger a envolvente deste local simbólico. Em 1977, foi estabelecida uma zona *non Aedificandi* adjacente à Capela de São Jorge, com o objetivo de preservar a integridade e o enquadramento paisagístico do espaço.

O processo de classificação do Campo de Aljubarrota em si teve início em março de 2001, refletindo o reconhecimento crescente da relevância histórica, cultural e identitária do local onde ocorreu uma das mais emblemáticas batalhas da história portuguesa. Até essa data, para além da construção do museu militar em 1985, por iniciativa do Exército, o campo encontrava-se em grande medida abandonado, subvalorizando-se o seu potencial educativo e de desenvolvimento cultural.

A mudança deu-se com a atribuição, por um período de 99 anos, da gestão do prédio afeto ao domínio público militar à Fundação. Essa transferência de gestão criou uma zona não edificável, sujeita a autorização prévia do Ministério da Defesa para qualquer intervenção ou construção, assegurando assim a sua preservação.

Em 2010, o processo culminou com a classificação oficial do Campo de Batalha de Aljubarrota como monumento nacional, através do Decreto-Lei n.º 18/2010, publicado na I Série do *Diário da República* a 28 de dezembro. Esta classificação reveste-se de especial importância por se tratar da mais elevada distinção legal que o Estado Português pode atribuir a um bem imóvel, reconhecendo o seu valor excecional para a história nacional.

Posteriormente, com a aquisição gradual de terrenos adjacentes à área classificada foi definida uma zona não edificável estatutária. Esta zona, mesmo não abrangida diretamente pela classificação legal, encontra-se sujeita às limitações impostas pelos estatutos da Fundação, assegurando a sua proteção e uso adequado.

A 10 de setembro de 2012, a proteção do Campo de Batalha de Aljubarrota foi reforçada com a criação da Zona Especial de Proteção (ZEP), nos termos da Portaria n.º 426/2012. Esta zona complementar à área classificada visa garantir a salvaguarda da paisagem envolvente, impondo critérios acrescidos de qualidade arquitetónica para novas construções e promovendo a preservação do seu potencial arqueológico.

Com estas medidas, foi consolidada uma estratégia integrada de valorização e salvaguarda do Campo de Aljubarrota, garantindo a sua preservação enquanto lugar de memória, identidade nacional e educação histórica para as gerações futuras.

Zona	Descrição	Data
<i>Zona Non Aedificandi</i>	Portaria do Ministério da Educação e Investigação Científica, publicada no Diário da República n.º 708/77	17 de novembro de 1977
Zona não edificável/Prédio Militar	Despacho conjunto dos Ministérios da Defesa e das Finanças n.º 457/2004, concessão por 99 anos à Fundação	16 de julho de 2004
Zona não edificável/Estatutária	Sucessivas aquisições de imóveis pela Fundação na Zona Classificada	Desde 2002
Zona não edificável/Zona classificada como monumento nacional	Decreto n.º 18/2010	28 de dezembro de 2010
Zona não edificável/Zona Especial de Proteção	Portaria n.º 426/22	10 de setembro de 2012

Ficou assim concluído o processo de classificação do Campo de Batalha de Aljubarrota, culminando um longo percurso de reconhecimento e valorização de um dos locais mais simbólicos da história nacional.

A concretização desta classificação representa também o cumprimento de um dos objetivos prioritários definidos pelo fundador da Fundação, o Senhor António Champalimaud, cuja visão

estratégica incluiu desde o início a preservação da memória histórica e a valorização cultural deste espaço singular.

Com este marco alcançado, a Fundação reafirma o seu compromisso com a proteção deste património, fazendo votos para que, no futuro, sejam implementados critérios rigorosos de preservação e valorização da paisagem histórica associada à Batalha de Aljubarrota. Trata-se de um território de elevada carga simbólica e educativa, cuja salvaguarda deve orientar quaisquer intervenções, garantindo a sua transmissão às gerações vindouras com respeito e dignidade

a) Recuperação paisagística e Gestão territorial do campo militar

Hoje possível afirmar que a atividade didática desenvolvida no CIBA — Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota — se encontra, no essencial, apresentada ao público com um nível de qualidade muito apreciável. Em 2024, este trabalho foi ainda enriquecido com planos concretos de expansão, tanto ao nível dos conteúdos expositivos como da ampliação do espaço museológico. No entanto, este esforço de qualificação só se tornará verdadeiramente completo com a ligação à recuperação paisagística dos terrenos envolventes ao CIBA, cujo projeto global será desenvolvido ao longo de 2025.

Este processo insere-se no cumprimento dos deveres estatutários da Fundação, definidos pelo seu fundador, António Champalimaud, e também nos encargos assumidos com o Estado Português, aquando da atribuição da gestão do Campo de Batalha à Fundação, em 2002. Desde então, tem sido desenvolvido um trabalho contínuo e determinado para proteger este espaço histórico de construções e atividades descontextualizadas, que possam desvirtuar a sua importância cultural e simbólica.

A Fundação tem adotado uma política gradual e responsável de aquisição consensual de terrenos, em diálogo próximo com os proprietários, respeitando o interesse público e fomentando o envolvimento da comunidade local. Este esforço tem permitido a demolição de construções dissonantes e a consequente ampliação da área acessível e protegida do campo militar, para além da que inicialmente foi atribuída pelo Estado em 2002.

Esta estratégia continuará em 2025, mantendo-se a intenção de adquirir dois imóveis prioritários, já identificados nos projetos submetidos à Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), para efeitos de expropriação. Trata-se da única casa em ruínas existente na Rua Henrique Guimarães, n.º 8 (artigo urbano 83 e respetivo terreno rústico anexo) e do terreno rústico n.º 79 da Secção 5 da Freguesia da Calvaria de Cima. Os pedidos de Declaração de Utilidade Pública (DUP) para estes prédios foram entregues ao Ministério da Cultura em 2017.

A sua aquisição permitirá a criação de novos circuitos visitáveis, com mais de dois quilómetros de extensão, reforçando a musealização de áreas significativas do campo de batalha, incluindo zonas com potencial arqueológico como as emblemáticas "covas de lobo". Estes novos percursos vão contribuir decisivamente para o aumento da atratividade do espaço, da sua visibilidade pública e do número de visitantes, além de aprofundarem o conhecimento do património associado à Batalha de Aljubarrota.

Importa ainda referir que estes dois imóveis integram o Plano de Pormenor de Salvaguarda de São Jorge, que prevê a sua requalificação paisagística, assegurando coerência urbanística e respeito pela identidade histórica do território.

O objetivo principal da Fundação mantém-se: restaurar, tanto quanto possível, a paisagem tal como existia na parte principal do campo de batalha, conciliando-a com as alterações inevitáveis decorrentes da evolução urbana e da instalação de infraestruturas contemporâneas. Esta compatibilização entre a preservação do passado histórico e a vivência do presente coletivo é uma das preocupações centrais da ação da Fundação, refletindo o seu compromisso com a memória, a identidade e o interesse público.



Imagem da Capela de São Jorge, mandada construir pelo Condestável, D. Nuno Álvares Pereira, em 1393, no local onde esteve o seu pendão durante a Batalha, sita no Campo Militar de Aljubarrota

Importa salientar que a classificação do Campo Militar de Aljubarrota abrange não apenas o local onde efetivamente se travou a batalha, mas também a denominada 1.ª Posição — o ponto inicial ocupado pelo exército português antes da sua retirada estratégica para o terreno onde se desenrolou o combate final, hoje ocupado pelo CIBA e pela Capela de São Jorge.

A 1.ª Posição, situada na Quinta do Fidalgo, no concelho da Batalha, é um local de enorme relevância histórica e simbólica. Nesse espaço, a Fundação construiu um centro museológico dedicado à interpretação deste momento estratégico da batalha, num edifício de grande valor arquitetónico, projetado pelo Arquiteto Gonçalo Byrne.

Com o objetivo de assegurar a preservação e valorização deste local classificado, bem como de apoiar a sua divulgação junto do público, a Fundação adquiriu diversos terrenos na área. Em articulação com a Câmara Municipal da Batalha e mediante alteração ao loteamento existente, a Fundação procedeu à unificação de 19 lotes num único lote — o n.º 13, onde se encontra atualmente o edifício da 1.ª Posição.

Além deste lote principal, a Fundação é também proprietária dos lotes 4 a 7, lote 9, parte do lote 10 e lote 11, perfazendo um total de 26 lotes adquiridos entre 2002 e 2009. Este esforço financeiro e estratégico reflete o compromisso firme com a preservação da paisagem histórica da 1.ª Posição, reconhecendo a sua importância na narrativa da Batalha de Aljubarrota e no património cultural português.

No contexto da política de gestão racional dos seus ativos, a Fundação está a considerar a possibilidade de, relativamente aos lotes excedentários, solicitar autorização à Presidência do Conselho de Ministros para a sua alienação, com a finalidade de reinvestir o produto da venda na recuperação do edifício e dos conteúdos expositivos do Centro de Interpretação da 1.ª Posição. Este espaço necessita atualmente de obras de conservação e de uma estratégia de reativação inteligente, em colaboração com a Câmara Municipal da Batalha.

Nesse sentido, a Fundação admite a criação de soluções em parceria com atividades culturais e educativas que tenham capacidade de atrair público, procurando integrar este espaço de forma mais dinâmica na oferta cultural e turística da região. Os primeiros contactos com *stakeholders* locais e institucionais já foram iniciados, com vista a construir uma abordagem sustentável, que respeite o legado histórico do local e contribua para a sua valorização junto da comunidade e dos visitantes.

b) Espólio Afonso do Paço

Entre os anos de 1958 e 1960, o Tenente-Coronel Manuel Afonso do Paço, figura de relevo na arqueologia militar portuguesa, conduziu duas campanhas de escavação no Campo da Batalha de Aljubarrota. O seu trabalho pioneiro permitiu a identificação de importantes testemunhos materiais diretamente associados à batalha de 1385, reforçando o valor histórico e científico deste local emblemático da história de Portugal.

Entre os achados destacam-se um conjunto diversificado de estruturas escavadas em negativo no terreno, com funções de defesa passiva — presumivelmente destinadas a dificultar o avanço da cavalaria inimiga e expô-la mais facilmente às ofensivas do exército português. Além disso, foi identificada uma área de concentração de ossos humanos, interpretada como uma vala comum, onde terão sido sepultados combatentes após o confronto.

O trabalho desenvolvido por Afonso do Paço teve um impacto determinante na projeção internacional do Campo da Batalha de Aljubarrota, sendo responsável por uma nova compreensão das estratégias defensivas utilizadas pelas forças portuguesas. A sua investigação tornou-se um marco na arqueologia militar nacional, e a sua memória permanece indissociável da valorização científica e cultural deste campo histórico.

Afonso do Paço expressou claramente a vontade de que os vestígios arqueológicos por si identificados fossem preservados e integrados num espaço público, com fins educativos e patrimoniais. Dando seguimento a essa intenção, a Fundação é atualmente detentora do espólio documental e pessoal do investigador, doado generosamente pela sua família.

Este espólio único inclui um vasto conjunto de materiais históricos e científicos: fotografias, pastas, manuscritos, divisas e insígnias militares, pins, correspondência, recortes de imprensa, slides, placas de impressão, cartografias e diversos documentos que testemunham décadas de investigação e dedicação ao estudo do Campo da Batalha.

Em 2025, a Fundação prevê concluir o processo de tratamento, organização, catalogação e digitalização integral do espólio, garantindo a sua preservação e acessibilidade pública. A versão digital será disponibilizada para consulta aberta ao público e investigadores, promovendo o acesso à informação por parte da comunidade académica, da investigação histórica e arqueológica, bem como de todos os interessados na divulgação e valorização do património cultural.

Com este projeto, a Fundação honra o legado de Afonso do Paço e reforça o seu compromisso com a memória, o rigor histórico e a difusão do conhecimento, pilares fundamentais para a construção de uma cidadania informada e consciente do valor do seu passado.

c) Investigação Científica e Divulgação

A divulgação da importância do Campo Militar de Aljubarrota, do papel decisivo da batalha de 1385 e das inovações técnico-militares associadas a este episódio central da história de Portugal, constitui um dos deveres estatutários fundamentais da Fundação. A par da preservação paisagística, da realização de trabalhos arqueológicos e da abertura ao público das zonas classificadas do Monumento Nacional, a Fundação assume igualmente como missão a promoção de investigação científica e académica sobre este período decisivo da nossa história.

Nesse sentido, e em articulação com o trabalho de tratamento e valorização do espólio de Afonso do Paço, a Fundação irá preparar, no Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (CIBA), um espaço dedicado exclusivamente à investigação histórica e arqueológica. Este novo polo permitirá a concentração e disponibilização do espólio Afonso do Paço, bem como das obras já integradas no acervo da Fundação e de outras que se pretende adquirir, focadas na historiografia nacional e internacional sobre a Idade Média, com especial destaque para a Dinastia de Avis e os impactos da sua ascensão na expansão de Portugal.

Este novo espaço será tecnologicamente equipado, proporcionando condições adequadas ao trabalho de investigadores, académicos e estudantes, e tem como ambição tornar-se uma referência nacional na investigação sobre Aljubarrota, a guerra medieval e a transição para o período de afirmação internacional de Portugal.

Paralelamente, consciente da relevância de Aljubarrota no debate histórico e na identidade coletiva, a Fundação irá dinamizar, no CIBA, ciclos de conferências, colóquios e debates dedicados ao contexto da batalha, às suas implicações políticas e militares, e ao papel central da Dinastia de Avis. Com esta iniciativa, pretende-se fomentar o intercâmbio com universidades, investigadores, historiadores e diversos públicos interessados, reforçando o CIBA como um espaço vivo de reflexão, aprendizagem e diálogo interdisciplinar.

Ao promover estas iniciativas, a Fundação reafirma o seu compromisso com a preservação da memória histórica, a valorização do património nacional e a criação de conhecimento acessível e partilhado, ancorado no rigor científico e no envolvimento da comunidade académica e cultural

d) Trabalhos Arqueológicos

A Fundação Batalha de Aljubarrota prevê, num futuro próximo, o desenvolvimento de novas campanhas arqueológicas no Campo Militar de São Jorge, em áreas já identificadas em trabalhos anteriores, com o objetivo de recuperar vestígios relevantes associados à Batalha de Aljubarrota e aprofundar o conhecimento científico sobre o evento. Estas intervenções arqueológicas permitirão, ainda, concretizar um projeto de musealização, que incluirá a criação de circuitos visitáveis, centrados em elementos estruturais como as "covas de lobo" e outros sistemas defensivos medievais, cuja presença foi já sinalizada nas áreas de prospeção.



Zona das covas de lobo no extremo sul do circuito existente, onde se pode verificar à esquerda, o eucaliptal, em zona de achados arqueológicos de superfície

A arqueologia tem sido um pilar constante do projeto de valorização do Campo de Batalha de São Jorge, no concelho de Porto de Mós. A última campanha significativa decorreu entre 2018 e 2019, tendo sido cientificamente enquadrada no âmbito de um Projeto de Investigação Plurianual em Arqueologia (PIPA), aprovado pela tutela em 14 de novembro de 2018. O principal objetivo desses trabalhos foi resgatar informação material sobre a batalha, através de métodos de registo arqueológico rigoroso, como o desenho arqueológico, fichas de campo, leitura de cotas, fotografia ortorretificada e análise da evolução topográfica.

Cinco zonas de intervenção arqueológica foram eleitas para essa campanha, todas contíguas a áreas previamente estudadas, e situadas em terrenos sob a tutela do Estado ou da Fundação. Estas zonas revelaram um potencial significativo, não apenas para identificação de vestígios estruturais, mas também para reforçar o conhecimento da dinâmica tática da batalha.

Até ao momento, os estudos realizados evidenciam uma assinalável assimetria entre os setores Este/Sul e Oeste da atual avenida Nuno Álvares Pereira. O setor Este, desde 1958, foi alvo de diversas intervenções arqueológicas, beneficiando das suas condições favoráveis de terreno, enquanto o setor Oeste permaneceu mais inexplorado. As poucas sondagens anteriores – como as realizadas pela arqueóloga Helena Catarino nos anos 1980 – foram complementadas pela campanha de 2018-2019, dirigida por Maria Antónia Amaral, que revelou estruturas defensivas promissoras e outros vestígios de relevância.

Os resultados destas campanhas arqueológicas têm contribuído diretamente para o enriquecimento científico e expositivo do CIBA – Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, tanto no conteúdo já disponível ao público como na fundamentação de futuros circuitos de visita. A Fundação tem como prioridade valorizar e dar visibilidade a este trabalho arqueológico, através da criação de um espaço expositivo próprio no CIBA, dedicado exclusivamente à arqueologia do campo militar e à evolução do conhecimento científico sobre a batalha.

MAPA DO CAMPO DE BATALHA

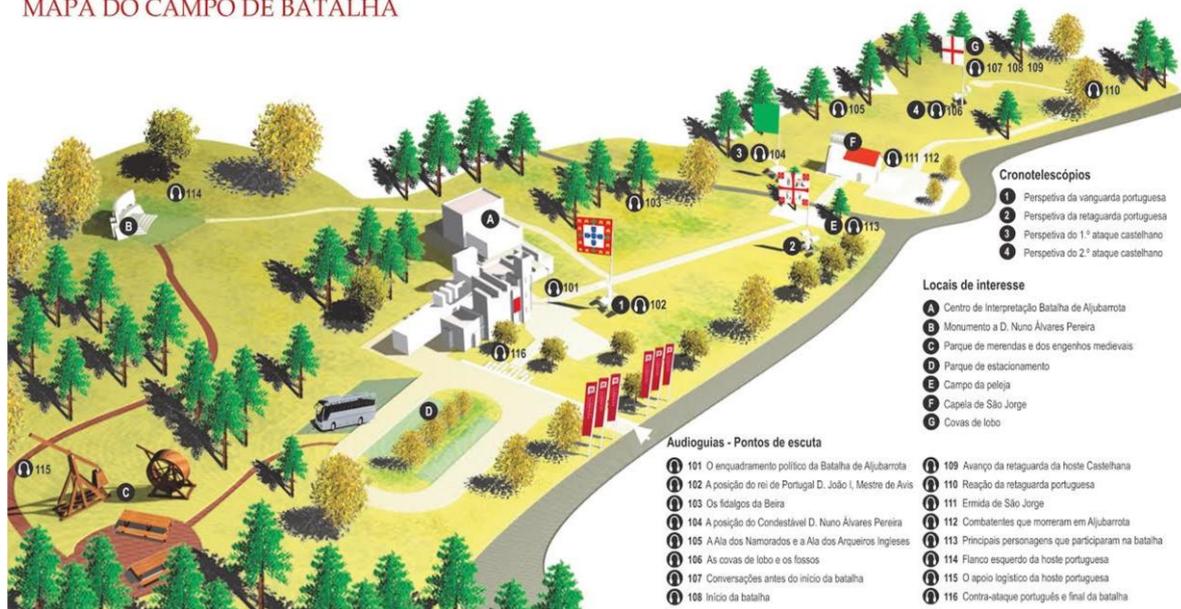


Imagem tridimensional esquemática do espaço visitável atual, usada para apoio ao circuito exterior de áudio-guias e a sua localização no terreno. Esta área representa uma pequena parte de todo o Monumento Nacional

e) Expansão dos circuitos visitáveis do campo militar

A visita ao Campo Militar de São Jorge consiste, na sua extensão, numa visita ao CIBA na exploração da sua envolvente, o campo de batalha propriamente dito, cujas características estão indissociáveis à escolha deste espaço para “dar batalha ao inimigo” por parte das forças que acompanhavam D. João I.

Atualmente no circuito exterior do CIBA existem várias estruturas de apoio à interpretação, - cronotelescópios- que de uma forma simples, mas eficaz, recria uma imagem virtual de um determinado momento concreto da batalha. Esta interpretação espacial é apoiada também com recurso a uma narrativa através do suporte áudio-guia, com 16 pontos notáveis, em 2 níveis de interpretação, conforme a apetência do visitante, e em 8 idiomas diferentes (português, castelhano, catalão, inglês, francês, alemão, italiano e japonês). Todavia a área de visitação é algo diminuta face ao que realmente se passou em toda a extensão do planalto de São Jorge, no dia 14 de agosto de 1385.

Mesmo depois da visita plena a todos os seus núcleos interiores, a visita ao exterior tem-se vindo a revelar uma necessidade cada vez maior, uma vez que o entendimento do terreno, embora seja feito com recurso a um modelo digital explorável pelo visitante (MDT) patente no CIBA e facilite a sua perceção espacial, torna-se difícil “sentir” o terreno, mesmo com estruturas de apoio à interpretação ali existentes.

Um dos projetos que a Fundação tem em fase de elaboração passa pela criação de um circuito, junto ao Vale da Mata, Sector Este do campo, assente na identificação de novos pontos de interesse e onde serão necessárias algumas intervenções do ponto de vista das acessibilidades, uma vez que se trata de um percurso com cerca de 2,86 Km, que de uma forma lúdica/pedagógica, através da fruição e interpretação dos espaços naturais, possa cativar os visitantes e as populações locais para a importância do sítio.

Este percurso terá como recurso os caminhos existentes nomeadamente, parte do circuito atual, outro junto à estrada do Tojal que liga a Capela de São Jorge ao lugar de Fontes Vais sendo necessário abrir novos caminhos em terrenos propriedade da FBA, próximo da Serrada da Bispa em direção ao Vale da Mata. Também no mesmo acesso, junto à ribeira do Vale da Mata, serão aproveitados os caminhos agrícolas, junto às linhas de água. Será um percurso circular, com início e fim no CIBA, pelo que no seu extremo mais a sul, permitirá o acesso às zonas das covas de lobo, bem como à zona onde possivelmente esteve parte da vanguarda portuguesa e à ala esquerda do exército, aproveitando as características naturais do terreno. Prevê-se ainda, que este novo circuito “dialogue” com os trabalhos de arqueologias em curso, *in-situ*, de modo a permitir que o público venha a poder usufruir de um contacto direto com os trabalhos de investigação no campo, com as devidas salvaguardas previstas no plano de recuperação e salvaguarda arqueológico.

Para a concretização destes objetivos a Fundação irá lançar, no primeiro semestre do ano de 2025 um concurso de ideias capaz de dinamizar o campo, valorizar os seus pontos de interesse e que integra a musealização do complexo defensivo das covas do lobo.

f) Plano Pormenor de Salvaguarda de São Jorge

A Câmara Municipal de Porto de Mós (CMPM) lançou, em 2020, o procedimento para a elaboração do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Campo Militar de São Jorge, reconhecendo a necessidade de dotar esta área classificada como monumento nacional de um instrumento de gestão territorial adequado à sua especificidade histórica, paisagística e urbanística.

Este plano reveste-se de particular importância por incidir sobre uma zona de elevada sensibilidade patrimonial e histórica, inserida num território vasto e heterogéneo, onde coexistem áreas urbanas, espaços agrícolas, zonas naturais e núcleos edificados dispersos. Assim, todas as propostas de intervenção — tanto em espaço público como privado — deverão respeitar este contexto e assegurar critérios rigorosos de preservação, integração paisagística e qualificação urbana. Estão incluídas neste esforço as infraestruturas viárias, intervenções no edificado existente, bem como novas construções, que deverão obedecer a princípios compatíveis com a proteção do património e da memória do local.

Contudo, no início de 2024, a CMPM deliberou declarar caducado o procedimento anteriormente iniciado e, simultaneamente, aprovou o reinício do processo, aproveitando os atos e formalidades já praticados. Esta decisão foi formalizada através do Aviso n.º 766/2024, publicado no *Diário da República* n.º 9/2024, Série II, de 12 de janeiro de 2024. O novo prazo de elaboração do plano foi fixado em 12 meses.

A Fundação Batalha de Aljubarrota, embora não tenha competências formais na condução deste processo, reconhece a sua relevância estratégica. A conclusão deste Plano de Pormenor será essencial para garantir a estabilização das regras de ocupação e uso do solo na área classificada, assegurando um enquadramento normativo claro que permita proteger o eixo central do campo de batalha e as suas zonas de expansão Este e Oeste. Será também um instrumento crucial para conciliar os valores patrimoniais com as dinâmicas locais, viabilizando intervenções que respeitem o espírito do lugar e a sua monumentalidade histórica.

A Fundação acompanhará de perto a evolução do procedimento, mantendo a sua disponibilidade para colaborar com as autoridades competentes e os demais *stakeholders* na

prossecação dos objetivos comuns de preservação, valorização e transmissão do legado histórico de Aljubarrota.

Nesse sentido, a Fundação convidou e reuniu com a CCDR Centro e a Camara de Porto de Mós com o objetivo de construir consensos capazes de facilitar a criação de instrumentos de proteção territorial adequados à preservação do espaço monumental

4. CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA BATALHA DE ALJUBARROTA (CIBA)

a) O funcionamento do Centro de Interpretação

Desde a sua inauguração em 2008, o Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (CIBA) tem registado um movimento consistente e apreciável de visitantes, consolidando-se como um dos principais polos culturais e pedagógicos do país. Este interesse resulta, em grande parte, da qualidade reconhecida do espetáculo multimédia e da oferta cultural cuidadosamente concebida, que têm vindo a ganhar notoriedade junto do público nacional e internacional.

A originalidade da experiência proporcionada pelo CIBA, aliando recursos tecnológicos imersivos à interpretação rigorosa de um dos momentos fundadores da história de Portugal, permitiu que o Centro se tornasse uma referência incontornável da oferta museológica portuguesa. A singularidade deste espaço reside na sua localização no próprio campo onde decorreu a Batalha de Aljubarrota, possibilitando ao visitante não só compreender o contexto histórico e político do acontecimento, como também percorrer fisicamente os locais onde se desenrolaram os principais episódios da batalha, com o apoio de interpretação científica e acessível.

A capacidade do CIBA em integrar narrativa histórica, rigor académico e recursos museográficos de excelência tem sido fundamental para o seu sucesso. Com esta abordagem, o Centro consegue captar o interesse de diferentes públicos — desde escolas e famílias a investigadores e turistas culturais — que aqui encontram um espaço de conhecimento, reflexão e contacto direto com o território histórico.

Consciente da necessidade de manter a sua oferta expositiva atualizada e atrativa, a Fundação Batalha de Aljubarrota tem promovido, de forma contínua, ações de renovação e valorização dos seus núcleos museológicos.

Mais recentemente, os Núcleos 1 e 3 — que abordam, respetivamente, a conjuntura político-social de Portugal e da Europa antes da Batalha, e a arqueologia resultante das escavações no campo de Aljubarrota — foram objeto de requalificação de conteúdos e design expositivo, reforçando o carácter dinâmico e pedagógico do Centro.

Em termos de afluência, os dados de 2024 confirmam a tendência de crescimento de visitantes, retomando o fluxo positivo interrompido pelos efeitos da pandemia de Covid-21. A progressiva recuperação reflete não só a resiliência da instituição, como também o interesse renovado do público pelo património histórico e cultural nacional.

Visitantes	2024	2023	2022	2021	2020
Escolas	19.141	16.767	12.820	2.386	5.589
Grupos de adultos	2.963	2.970	1.574	516	196
Visitantes ocasionais	10.523	10.111	10.165	6.400	5.152
Operadores turísticos	235	134	118	687	113
Total	32.862	29.982	24.677	9.989	11.050

Mantendo a base do atual modelo de funcionamento do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (CIBA), a Fundação tem como objetivo alcançar, em 2025, a marca dos 50 mil visitantes anuais, acumulando 100.000 visitantes no triénio. Este crescimento sustentado será apoiado por um conjunto de ações estratégicas que visam não só aumentar o número de visitantes, mas também reforçar a notoriedade e imagem institucional do CIBA, enquanto espaço de referência cultural e educativa.

No plano operacional, serão implementadas iniciativas especiais em diferentes âmbitos, centradas na valorização dos conteúdos e experiências de visita, tanto no espaço museológico interior como nos circuitos ao ar livre. Esta abordagem visa enriquecer a experiência do visitante e consolidar o posicionamento do CIBA como um centro de excelência na interpretação da história militar medieval portuguesa.

Além disso, será intensificado um programa que contempla eventos temáticos, atividades educativas, recriações históricas, oficinas e ações culturais diversificadas, de modo a ampliar a atratividade do espaço junto de públicos distintos, como famílias, estudantes, investigadores e turistas culturais.

Como parte da sua estratégia de crescimento, o CIBA será também integrado em Roteiros Turísticos e Culturais de escala regional e nacional, que potenciam sinergias entre equipamentos culturais com afinidades temáticas ou geográficas. Destacam-se, neste contexto, dois eixos estratégicos:

- Roteiro de Proximidade, que articula o Castelo de Porto de Mós, o CIBA e o Mosteiro de Alcobaça, promovendo a circulação de visitantes num eixo territorial com grande densidade histórica e patrimonial.
- Roteiro da Independência, que reúne os locais históricos de Atoleiros, Trancoso e CIBA, promovendo um percurso temático centrado nos momentos fundacionais da independência nacional e no papel determinante da Dinastia de Avis.



Teatro no de marionetas no CIBA, Junho de 2024

b) Loja do CIBA

A loja do CIBA continuou, ao longo do ano, a procurar melhorar e diversificar o seu conjunto de A loja do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (CIBA) tem desempenhado, ao longo dos últimos dez anos, um papel complementar essencial na experiência dos visitantes, oferecendo artigos cuidadosamente selecionados que procuram refletir a identidade histórica e cultural do local. Esta década de atividade permitiu à Fundação acumular um conhecimento sólido sobre as preferências, interesses e expectativas do seu público, permitindo uma gestão mais informada e orientada para a satisfação dos visitantes.

Entre os produtos mais recentes e bem-sucedidos destaca-se a banda desenhada "A Batalha", da autoria de Pedro Massano, que rapidamente se tornou um dos artigos mais procurados. A obra foi distinguida com dois importantes galardões no panorama nacional: "Melhor Argumento Nacional" e "Melhor Desenho para Álbum Português", o que contribuiu significativamente para a sua notoriedade e interesse junto dos visitantes do Centro.

Este esforço contínuo de atualização e curadoria da oferta refletiu-se também positivamente nos resultados financeiros. Em 2024, a loja registou um aumento de 4% nas suas receitas face ao ano anterior, evidenciando não só uma gestão eficaz, mas também a crescente valorização dos conteúdos e artigos associados à narrativa da Batalha de Aljubarrota.

c) Serviços Educativos (Jovens)

A Fundação tem como objetivo estratégico o reforço da ação do Serviço Educativo, com especial enfoque na captação de um número crescente de unidades escolares, abrangendo tanto o ensino público como o ensino privado. Este segmento representa atualmente mais de

50% do total de visitantes do Centro, sendo por isso considerado um público prioritário, com elevado potencial de crescimento.



Ateliers temáticos, abril de 2024

Neste contexto, está prevista a implementação de um modelo de Atividades de Tempos Livres (ATL) durante os períodos de pausa escolar, com atividades lúdico-pedagógicas orientadas para crianças e jovens, tendo como pano de fundo o contexto histórico da Batalha de Aljubarrota. Esta oferta pretende atrair novos públicos e fomentar, desde cedo, o interesse pela história nacional.

O Serviço Educativo será ainda reforçado através do alargamento do apoio à edição de banda desenhada, continuando o percurso já iniciado com sucesso no passado e ampliando a atual oferta com novas publicações dirigidas ao público escolar. A Fundação definirá também como prioritária a expansão da sua oferta de literatura infantojuvenil, considerando-a um instrumento fundamental de comunicação com as gerações mais novas, além de uma via eficaz para consolidar o papel educativo e cultural da instituição junto da comunidade jovem.

Complementarmente, e na sequência do Protocolo celebrado com a Quinta do Escuteiro, a Fundação aposta numa relação de maior proximidade com este grupo juvenil, promovendo ações conjuntas, com enfoque na valorização do território, da memória histórica e do espírito de cidadania ativa, pilares centrais da missão educativa da Fundação.

d) Corporate

A Fundação identifica, no segmento empresarial, uma oportunidade estratégica de expansão e diversificação de públicos, através da criação e disponibilização de um conjunto de atividades direcionadas especificamente para empresas. Entre estas, destacam-se ações de formação, *teambuilding*, eventos institucionais e corporativos, como conferências, encontros

empresariais e almoços temáticos, que tiram partido do ambiente histórico e inspirador do Campo de Batalha de Aljubarrota.

Neste contexto, está em fase de implementação um conceito exclusivo, desenvolvido pela Fundação, sob a designação "Atingir o Impossível", que procura estabelecer uma parceria ativa de gestão com empresas da região envolvente. Este conceito visa associar a resiliência e inovação demonstradas na Batalha de Aljubarrota à realidade contemporânea das organizações, promovendo experiências únicas e diferenciadoras, que combinam valores históricos, espírito de superação e construção coletiva.

e) Famílias

A Fundação está a desenvolver esforços para alargar a sua integração em roteiros turísticos de referência na região Centro. Destaca-se, nesse sentido, o lançamento do "Roteiro do Centro", um novo formato de visita integrada que congregará o Mosteiro da Batalha, o Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (CIBA) e o Castelo de Porto de Mós, três polos de grande valor histórico e simbólico.

Este roteiro será disponibilizado ao público através de um bilhete conjunto, facilitando o acesso coordenado aos três espaços e promovendo uma experiência enriquecida e articulada para os visitantes. Esta iniciativa pretende reforçar a atratividade da região Centro como destino de turismo cultural, alavancando o património local e estimulando a mobilidade entre concelhos próximos.

Paralelamente, a Fundação tem vindo a intensificar a sua presença e comunicação junto das unidades hoteleiras da região, nomeadamente em Leiria, Batalha, Porto de Mós e Alcobaça, com o intuito de promover pacotes de fim de semana dirigidos a famílias com interesse histórico e educativo. Esta ação visa estimular o prolongamento da estadia dos visitantes, diversificar o público e aproximar o turismo cultural da oferta de alojamento regional, contribuindo assim para a dinamização económica local e para a consolidação de uma identidade turística partilhada e sustentável.



Esgrima medieval, Julho de 2024

f) Séniore

A Fundação pretende desenvolver uma oferta cultural e educativa mais direcionada para o público sénior, reconhecendo o seu crescente interesse por programas culturais de qualidade e o papel ativo que muitos mantêm na valorização da história e património.

Para esse efeito, será dada prioridade à criação de programas específicos adaptados a este segmento, promovendo experiências de visita acessíveis, participativas e enriquecedoras. Esta iniciativa será acompanhada da celebração de protocolos com Câmaras Municipais, especialmente aquelas com as quais a Fundação mantém uma relação de proximidade geográfica, institucional ou histórica, procurando estabelecer parcerias regulares que favoreçam a mobilização organizada de grupos seniores.

5. OUTRAS ATIVIDADES

A Fundação tem vindo a desenvolver um programa contínuo de atividades destinadas à valorização e divulgação do Campo de Batalha de Aljubarrota, promovendo uma ligação mais direta e envolvente com o público. Entre estas iniciativas, destacam-se os quadros vivos da Batalha de Aljubarrota, nos quais figurantes encenam momentos decisivos do confronto de 1385, recriando com rigor histórico as movimentações, os trajes e o ambiente bélico da época.

Com especial destaque, as comemorações do dia 14 de agosto, data do 639º aniversário da Batalha de Aljubarrota, realizaram-se com a colaboração do Exército Português. Este evento contou com uma recriação dos quadros da batalha, apresentada em espetáculo aberto ao público, que proporcionou uma experiência única e emocionante, celebrando a importância histórica da vitória portuguesa.



Comemorações da Batalha de Aljubarrota, 14 de agosto de 2024

Complementarmente, a Fundação organiza provas abertas ao público com réplicas de armas medievais, oferecendo experiências únicas como o tiro ao arco tradicional, atividade que tem

granjeado particular interesse junto de visitantes de todas as idades. Estas ações promovem o contacto direto com as técnicas militares da Idade Média, numa perspetiva pedagógica e lúdica.

Adicionalmente, são promovidos passeios e percursos interpretativos que seguem as rotas aproximadas dos movimentos dos exércitos português e castelhano no contexto da Batalha de Aljubarrota. Estes percursos são guiados e contextualizados historicamente, permitindo aos participantes reviver a geografia do confronto e compreender melhor a tática e o génio militar que marcaram esta vitória decisiva na consolidação da independência portuguesa.

Estas atividades, para além de reforçarem a componente educativa do projeto da Fundação, contribuem ativamente para a valorização cultural e turística da região, oferecendo experiências diferenciadoras e historicamente fundamentadas.



Participação na Bolsa de Turismo de Lisboa, em parceria com a Câmara Municipal de Porto de Mós, março de 2024

6. FILME BIOGRÁFICO DE NUNO ALVARES PEREIRA

Com o objetivo de enriquecer a experiência dos visitantes do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (CIBA), a Fundação dedicou-se entre 2021 e 2024 à produção de um novo filme multimédia, cuja estreia está prevista para o primeiro semestre de 2025.

Este será o segundo filme a integrar o espaço audiovisual do Centro, reforçando a oferta cultural e educativa do equipamento.

A Fundação orgulha-se especialmente deste projeto, que retrata a vida e obra de Nuno Álvares Pereira, uma das figuras mais emblemáticas da História de Portugal. Considerado o maior herói nacional, Nuno Álvares Pereira destacou-se durante cerca de 55 anos de intensa atividade política e militar. Ao longo da sua trajetória, mostrou um exemplo de justiça e humanismo, sempre pautando as suas ações pelo respeito aos outros, fossem aliados ou adversários. Foi graças à sua liderança e extraordinária capacidade estratégica que Portugal assegurou a sua independência num momento crucial da sua história. A sua atitude de compaixão e compreensão, mesmo em tempos de guerra, destacou-se como um legado de grande valor, reconhecido oficialmente pela sua canonização em 2009.

A Fundação está convicta de que este reforço dos conteúdos multimédia do CIBA não só enriquecerá a compreensão histórica dos visitantes, como contribuirá também para o aumento do número de visitantes, consolidando o Centro como um espaço de referência na divulgação do património cultural e histórico português.

O investimento total no filme ultrapassa 1.400.000,00€, sendo que a Fundação tem desenvolvido uma política de mecenato, que visa recolher donativos que possam ajudar neste esforço financeiro. Com efeito, a Fundação tem o prazer de comunicar que diversas Câmaras Municipais (Avis, Barcelos, Beja, Oeiras, Sertã, Associação de Turismo de Cascais, empresas e particulares, incluindo estrangeiros, têm aderido a este projeto.



Cenas das filmagens do filme biográfico de Nuno Alvares Pereira

7. ROTEIRO DA GUERRA DA INDEPENDÊNCIA (1383-1385)

Um dos objetivos estratégicos estabelecidos pela Fundação em 2023 é a concretização do circuito integrado das batalhas que marcaram a Guerra da Independência portuguesa, ocorrida entre 1383 e 1385. Este circuito incluirá os principais campos de batalha em território nacional: Aljubarrota, Atouros e Trancoso. É importante destacar que a última batalha deste período, a de Valverde (1385), situa-se em território espanhol, perto de Mérida, o que, para já, impossibilita a sua inclusão no projeto.

A valorização conjunta destes três locais permitirá uma visão integrada e aprofundada dos acontecimentos históricos deste notável período da História de Portugal. Uma visita que inclua os três campos de batalha enriquecerá significativamente a compreensão do contexto político, diplomático e militar da época. Além disso, reconhecendo a dignidade e importância histórica destes espaços, poderão transformar-se em pontos-chave do turismo cultural, contribuindo para o desenvolvimento económico e social das regiões onde se inserem.

Cada um destes campos de batalha apresenta um enorme potencial ainda por explorar, não apenas do ponto de vista científico, mas também pedagógico e turístico, com relevância para Portugal, Europa e para o mundo. De facto, estas batalhas estão entre as mais significativas da Idade Média europeia, devido à sua influência na história política e militar daquele período.

A Fundação empenhou-se fortemente nos processos de classificação destes campos de batalha. A classificação do Campo de Batalha de Atoleiros em 2023 marcou a conclusão de um ciclo fundamental, que já incluía os campos de Aljubarrota e Trancoso. Este reconhecimento oficial reforça a proteção e a valorização destes espaços históricos.

Com este importante passo concluído, a Fundação em 2025 continuará a implementar projetos de intervenção nestes locais. Estes projetos visam assegurar a ligação entre os monumentos nacionais e a promoção dos seus conteúdos e espaços museológicos, fomentando a sua divulgação e facilitando o acesso a visitantes e investigadores.

a) Campo da Batalha de Atoleiros

A classificação do Terreiro da batalha de Atoleiros foi assegurada em 2023, como sítio de interesse nacional, sito na Herdade dos Atoleiros, em Fronteira, com o grau de Monumento Nacional (Decreto n.º 3/2023, de 7 de fevereiro, publicado no Diário da República, 1.ª série, nº 27, de 7 de fevereiro).

O processo de classificação dos Atoleiros reveste uma importância acrescida uma vez que, a Batalha dos Atoleiros constituiu a primeira grande batalha de Nuno Álvares Pereira, tendo permitido que a Guerra da Independência tivesse seguido um trajeto vitorioso, que culminou com a Batalha de Aljubarrota e com a Batalha de Valverde.

Para além do importante instrumento de classificação que protege este património cultural, a Fundação entre 2022 e 2023 concretizou a compra da parcela da Herdade dos Atoleiros onde se travou o combate principal da batalha. Esta aquisição reveste-se de especial importância, pois protege a paisagem singular deste local — onde ocorreu a primeira grande batalha de Nuno Álvares Pereira e da Guerra da Independência — evitando a degradação e destruição inevitáveis caso a propriedade tivesse permanecido nas mãos privadas.



Inauguração do projeto de requalificação do Terreiro da Batalha de Atoleiros, 6 de abril de 2025

Com esta aquisição, a Fundação implementou um projeto global de valorização deste local histórico, nomeadamente através da realização de trabalhos arqueológicos e da criação de

infraestruturas que permitam aos habitantes e visitantes do Alentejo o acesso à propriedade, possibilitando a compreensão profunda dos acontecimentos que ali se deram.

A Fundação espera, em 2025, dentro dos prazos e processos de licenciamento, avançar com este projeto, já tendo definidos os textos e as ilustrações que integrarão seis painéis informativos, cada um com 1,3 metros de largura por um metro de altura.

Outro ponto de destaque nesta ação é a ligação entre o Terreiro da Batalha e o Centro de Interpretação da Batalha dos Atoleiros, criado em 2012 graças à colaboração entre a Câmara Municipal de Fronteira e a Fundação assente num protocolo de cooperação para preservar o campo de batalha e assegurar a sua integração com o Centro de Interpretação, cuja propriedade e gestão pertencem à Câmara. Este acordo permitirá dotar a região de uma oferta cultural significativa, reforçando a preservação e divulgação deste património cultural classificado.

b) Campo da Batalha de Trancoso

A colaboração entre a Fundação e a Câmara Municipal de Trancoso possui um historial significativo, tendo iniciado em 2005 com a implementação conjunta de um estudo pioneiro sobre o terreno onde decorreu a Batalha de Trancoso. Este estudo incluiu a fotointerpretação detalhada de toda a área, bem como a prospeção geofísica de algumas das suas zonas mais relevantes.

Com base nestes levantamentos, a Fundação, com o apoio da Câmara Municipal, realizou durante o verão de 2005 trabalhos arqueológicos junto à Capela de São Marcos. Estes trabalhos revelaram-se um sucesso incontestável, permitindo identificar a localização exata e o traçado da capela originalmente existente naquele local. Importa recordar que esta capela foi incendiada em 1385 por Don Juan de Castela, monarca castelhano que se dirigia para a Batalha de Aljubarrota, simbolizando a derrota sofrida pelo exército castelhano em Trancoso.

O desenvolvimento desta colaboração culminou na classificação do campo militar de Trancoso como Monumento Nacional, conforme Decreto n.º 31-E/2012, publicado no Diário da República em 31 de dezembro de 2012. Esta classificação representou um marco fundamental para a proteção e preservação daquele importante sítio histórico. A decisão foi especialmente oportuna, pois o local da batalha estava ameaçado por projetos de construção e pela passagem prevista da variante IC 26. Graças à classificação, o Instituto de Estradas de Portugal (IEP) aceitou alterar o traçado da via para uma localização alternativa, preservando assim o campo de batalha.

Com a proteção formalizada e no âmbito do projeto de criação do circuito das batalhas da Guerra da Independência, a Fundação tem mantido um diálogo estreito com a Câmara Municipal de Trancoso para a construção do Centro de Interpretação da Batalha de Trancoso, que deverá ser edificado na vila. A classificação do campo militar tornou plenamente justificada a criação deste Centro, sendo a Fundação parceira ativa neste objetivo, conforme previsto no Protocolo já firmado entre as duas entidades.

8. ROTEIRO DA GUERRA DA RESTAURAÇÃO (1640- 1668)

Após a promoção e proposta da classificação dos três principais campos de batalha associados à Guerra da Independência, o Exército Português considerou fundamental estender a

proteção e valorização aos três principais campos de batalha situados em Portugal relacionados com a Guerra da Restauração. Estes correspondem aos campos de Linhas de Elvas (1659), Ameixial (1663) e Montes Claros (1665).

O processo de classificação do Terreiro da Batalha de Montes Claros foi concluído a 31 de dezembro de 2012, quando foi oficialmente reconhecido como Monumento Nacional, conforme publicação no Diário da República através do Decreto n.º 31-D/2012, na 1.ª série, n.º 252. Atualmente, encontra-se em curso a ampliação da área classificada do Terreiro da Batalha de Montes Claros, abrangendo as Herdades de Travassos e Nogueira, assim como as Herdades da Fuseira e Álamo, através do novo procedimento oficial aberto conforme Anúncio n.º 209/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 171.

Com este avanço, a Fundação alcança um objetivo estratégico fundamental, que permitirá criar e integrar um roteiro cultural completo da Guerra da Restauração, reunindo conteúdos históricos e espaços museológicos que poderão ser visitados e divulgados de forma integrada, enriquecendo a oferta patrimonial e turística do país.

a) Campo e Padrão da Batalha de Montes Claros

Com o objetivo de preservar e valorizar esta paisagem histórica, a Fundação abriu em Junho de 2024 ao público o projeto de intervenção no Terreiro da Batalha de Montes Claros. Neste projeto foram instalados um conjunto de nove painéis explicativos sobre a Batalha, que estão acessíveis aos visitantes. A inauguração do “Terreiro” Interpretativo foi da responsabilidade de S. Exa., o Ministro da Defesa, Dr. Nuno Melo.

Paralelamente, foi criado um circuito público para visitação do local, que serão complementados pelo desenvolvimento de trabalhos arqueológicos que visam aprofundar o conhecimento e a proteção do espaço.



Inauguração do projeto de requalificação do Terreiro da Batalha de Montes Claros., 17 de junho de 2024

A execução dos conteúdos foi levada a cabo por Francisco Faria Paulino, Coronel José Paulo Berger e Alexandre Patrício Gouveia, tendo como fonte principal a obra “Portugal Restaurado”, de Luís de Meneses, 3º Conde da Ericeira, que participou na Batalha de Montes Claros como chefe da artilharia.

Este projeto representa um importante passo na divulgação e salvaguarda do património histórico da região, proporcionando aos visitantes uma experiência rica e educativa sobre um dos momentos cruciais da História de Portugal.

b) Centro de Interpretação da Guerra da Restauração

O investimento realizado no local da Batalha de Montes Claros está diretamente ligado ao futuro Centro de Interpretação da Guerra da Restauração, ambos indissociáveis para uma experiência cultural completa. A compreensão aprofundada da Batalha de Montes Claros, que poderá ser obtida no Centro de Interpretação a ser inaugurado em Borba, só será plenamente alcançada quando complementada por uma visita ao campo de batalha, onde será oferecida uma descrição detalhada e de qualidade sobre os acontecimentos que ali tiveram lugar.

Para este efeito, a Fundação adquiriu um imóvel no centro histórico de Borba, que atualmente está a ser reabilitado e adaptado para fins museológicos. A Fundação será responsável pela definição e produção dos conteúdos que integrarão este novo Centro de Interpretação.

Este espaço cultural oferecerá ao público uma proposta única e inovadora, já que, apesar do Período da Restauração ser um dos momentos mais importantes da História de Portugal, ainda não existe em todo o país um local dedicado à descrição detalhada dos eventos ocorridos nessa época. O Centro dará especial destaque à Batalha de Montes Claros, mas também abordará todo o contexto da perda da independência e da subsequente restauração, compreendendo o período entre 1578 e 1668.



Maquete de uma das salas de exposição do futuro Centro de Interpretação da Guerra da Restauração, outubro de 2024

Além da exposição permanente, o Centro de Interpretação servirá como ponto de partida para visitas guiadas à Quinta do General, em Borba, antiga propriedade de D. Dinis Melo e Castro, comandante da cavalaria portuguesa nas batalhas do Ameixial e Montes Claros, assim como para visitas ao campo de batalha de Montes Claros, localizado a cerca de três quilómetros da cidade.

A Fundação prevê um investimento aproximado de 400.000 euros para a produção e instalação dos conteúdos do Centro de Interpretação da Guerra da Restauração, com o objetivo de concluir este projeto no primeiro semestre de 2025. Este investimento contribuirá não só para a

valorização de um período histórico fundamental, mas também para o fortalecimento do turismo cultural na região do Alentejo.

c) Centro Interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo

Com a inauguração e entrada em funcionamento do Centro de Interpretativo de Castelo Rodrigo, em julho de 2022, propriedade da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo ficou estabelecido mais um importante marco do Roteiro da Guerra da Restauração. Esta Batalha foi a única importante travada fora do Alentejo durante a Guerra da Restauração, a 7 de julho de 1664, tendo o exército português sido comandado por Pedro Jacques de Magalhães, chefiando 2.500 homens, composto por 2.000 infantes e 500 cavaleiros, que enfrentou um exército espanhol de 4.700 homens, constituído por 4.000 infantes e 700 cavaleiros.

A Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo e a Fundação Batalha de Aljubarrota assinaram um Protocolo de Colaboração, onde se preveem atividades conjuntas com o Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota e o futuro Centro de Interpretação da Guerra da Restauração, como a existência de um bilhete único, exposições temporárias recíprocas, estágios de colaboradores nos dois outros Centros, colaboração entre os serviços educativos e uma promoção conjunta.

Esta colaboração é deveras importante, na medida em que o público ficará a dispor de uma oferta cultural conjunta, mutuamente enriquecedora, e que dará uma perspetiva mais completa do esforço e eficácia dos portugueses, sobretudo durante o difícil período da Guerra da Restauração.

Para esta colaboração entre os centros de interpretação contribuiu o facto do Dr. Manuel Braga da Cruz ser também membro do Conselho de Curadores da Fundação Batalha de Aljubarrota.

9. MECENATO

A Fundação Batalha de Aljubarrota (FBA), reconhecida como fundação de utilidade pública, tem vindo a desenvolver uma política ativa e estratégica de mecenato cultural. As receitas e donativos angariados através desta via são integralmente aplicados em projetos de preservação, valorização e recuperação de património cultural classificado, em linha com os objetivos definidos no seu objeto social.

O estatuto de utilidade pública atribuído à FBA confere uma importante vantagem às entidades mecenas, ao abrigo do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Com efeito, os donativos concedidos por empresas à Fundação são considerados custos fiscais, com uma majoração de 140%, incentivando, assim, o apoio privado à preservação da memória histórica nacional.

A atuação da Fundação tem sido decisiva na promoção e recuperação do património cultural português, nomeadamente através da classificação de Monumentos Nacionais. A FBA gere o espaço onde se travou a emblemática Batalha de Aljubarrota — o Centro de Interpretação e o Campo Militar de São Jorge —, detém o terreiro da Batalha dos Atoleiros e apoia ativamente as iniciativas de valorização do campo da Batalha de Trancoso.

Para além da Guerra da Independência (1383–1385), a Fundação tem igualmente assumido um papel fundamental na promoção e estudo das Guerras da Restauração (1640–1668), participando na salvaguarda dos campos de batalha das Linhas de Elvas, Ameixial e Montes

Claros. Neste contexto, contribuiu também para a criação do Centro de Interpretação da Batalha dos Atoleiros, em Fronteira, e encontra-se envolvida na implementação do futuro Centro de Interpretação da Guerra da Restauração, em Borba.

Com o intuito de sustentar estes ambiciosos projetos, a FBA tem desenvolvido uma política de angariação de mecenato regular, estabelecendo parcerias com empresas e entidades comprometidas com a valorização do património histórico-cultural nacional. Esta estratégia visa garantir uma receita anual recorrente entre 450.000€ e 500.000€, permitindo à Fundação planear e executar as suas atividades com estabilidade e continuidade. Em 2024, a Fundação alcançou um total superior a 2 milhões de euros em receitas provenientes de mecenato e donativos, refletindo a confiança crescente dos parceiros na missão da FBA.



Jantar anual de Mecenatas

Através deste compromisso com o mecenato cultural, a Fundação Batalha de Aljubarrota afirma-se como uma referência na preservação da História de Portugal, promovendo o conhecimento, a educação e o desenvolvimento do turismo cultural.

Gostaríamos seguidamente de referir, por ordem alfabética, os mecenatas que em 2024 apoiaram ativamente os projetos da Fundação:

- . Aaron Nicholas Blick
- . Adalberto M. F. N. Oliveira
- . Associação de Turismo Cascais
- . Augusto Duarte Reis, SA
- . Bel Distribuição SA
- . Erin Danielle Murray
- . Geoffrey Ssebukulu
- . Jordan Phillip Carter
- . King Chung Jansson Chan
- . Konstantin Kirakosov
- . Município de Barcelos
- . Novo Banco

- . Patrick O`Connor
- . Robert Elliot Graham
- . Sociedade Agrícola Quinta da Feira
- . Sostate, SA
- . STD – Sociedade de Distribuição de Tabacos, Lda

10. ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA

No seguimento do pedido efetuado pela Fundação Batalha de Aljubarrota, uma vez que se verificou o cumprimento de todos os seus deveres legais, o estatuto de Utilidade Pública foi confirmado e renovado pelo Despacho nº 9366/2019, de 2 de outubro, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 200, de 17/10/2019.

Em 2024, na sequência do pedido apresentado, a renovação do estatuto de utilidade pública foi deferida por 10 anos, sendo válida até 17/10/2034.

11. FUNDO PERPÉTUO

No final de 2003, e para além do seu donativo inicial, o Senhor António Champalimaud instituiu um fundo perpétuo de 7.500.000 euros, com o objetivo de fazer face às despesas de exploração da Fundação e do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota.

Este fundo perpétuo deve, contudo, ir sendo atualizado ao longo do tempo, de forma a preservar o seu valor real. Este fundo perpétuo será constituído não por imóveis ou ativos fixos, mas apenas por depósitos bancários e pela carteira de títulos da Fundação, que poderão proporcionar os rendimentos anuais de que a Fundação necessita. Desta forma o valor da carteira de títulos e dos depósitos da Fundação não deverá ser inferior ao fundo perpétuo, de forma a assegurar a viabilidade da sua atividade.

O capital perpétuo representa o valor mínimo que deverá ter a carteira de títulos da Fundação, depois de deduzida a dívida bancária ou financeira, ou seja, a dívida que vence juros.

Desta forma, o fundo perpétuo de 7.500.000€ atualizado a dezembro de 2024 equivale a 11.013.017,43€ (de acordo com Instituto Nacional de Estatística, atualização de valores com base no Índice de Preços no Consumidor). O valor da carteira, acrescido dos depósitos à ordem e depósitos a prazo, a 31.12.2024 registava um valor total de 17.242,534,63€, portanto, muito acima do referido valor atual do Fundo Perpétuo.

12. CONSELHO DE CURADORES

O Conselho de Curadores, presidido pelo Dr. Daniel Proença de Carvalho e com a participação de todos os seus membros, realizou a sua reunião conjunta anual com o Conselho de Administração.

Nesta reunião o Conselho de Administração teve ocasião de descrever as principais atividades desenvolvidas em 2024, nomeadamente a evolução da situação financeira da Fundação. Durante esta reunião foi aprovado, por unanimidade, o Relatório e Contas de 2023.

O Conselho de Administração quer expressar a todos os membros do Conselho de Curadores o agradecimento pelo empenho que revelaram nas atividades da Fundação, bem como pelas sugestões que foram expressando ao longo do ano.

13. PERSPETIVAS PARA O ANO DE 2025

a) Governança e Financiamento

Conforme exposto no presente Relatório, a Fundação Batalha de Aljubarrota tem como objetivo reforçar os seus mecanismos de governança e estreitar a relação com os seus parceiros estratégicos. Nesse sentido, encontra-se em fase de planeamento a criação de um Conselho de Mecenias, com o propósito de promover uma maior proximidade e diálogo entre os financiadores regulares e o Conselho de Administração. Esta iniciativa visa não apenas reconhecer o papel fundamental dos mecenas no desenvolvimento da missão da Fundação, mas também criar um espaço de partilha, reflexão estratégica e colaboração de benefício mútuo.

Paralelamente, a Fundação pretende retomar o normal funcionamento do Conselho Consultivo do CIBA, enquanto órgão consultivo privilegiado no apoio às decisões de programação e desenvolvimento cultural do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota.

Com vista à melhoria da sua gestão interna, o Conselho de Administração implementou, em 2024, uma nova estrutura administrativa e financeira, focada no reforço da eficiência e celeridade dos procedimentos, contribuindo para uma resposta mais eficaz aos desafios crescentes da atividade da Fundação.

O Conselho Executivo, por sua vez, continuará a trabalhar no aperfeiçoamento dos mecanismos de informação a partilhar com os restantes órgãos sociais, com o compromisso de, a curto prazo, estender essa comunicação regular também aos Mecenas, promovendo uma cultura de transparência e confiança.

O financiamento da Fundação continuará a assentar, por um lado, na valorização prudente e sustentável dos fundos perpétuos deixados pelo seu Fundador e, por outro, no apoio estruturante dos Mecenas. Neste âmbito, está em preparação um conjunto de iniciativas destinadas a garantir a estabilidade plurianual dos apoios recebidos, com vista a assegurar a continuidade e a ambição dos projetos culturais e científicos em curso.

O Conselho de Administração reafirma, assim, o seu compromisso com a sustentabilidade financeira da Fundação e com a preservação do seu património material e imaterial, princípios que continuam a orientar toda a sua atuação.

b) Execução do Plano Estratégico

O Conselho de Administração continuará focado nas linhas estratégicas definidas: AMPLIAR, APROFUNDAR, ALARGAR E ACTUALIZAR ALJUBARROTA.

- **Ampliar Aljubarrota:** através da valorização do CIBA (inclui criação do Espaço Afonso do Paço e a remodelação das atuais instalações) mas sobretudo a maior integração com o Campo de Batalha e a sua musealização.

- **Aprofundar Aljubarrota:** através da aposta no desenvolvimento do seu serviço educativo, mas apostando igualmente no segmento sénior e investindo na ativação do campo para atração de públicos ocasionais.

- **Alargar Aljubarrota:** através da criação dos Roteiros de Proximidade envolvendo os pontos de interesse próximos, do Roteiro da Independência e no Roteiro da Restauração.
- **Atualizar Aljubarrota:** através de parceria com Universidades e Centros de Competência que nos permitam trazer para o tempo presente os valores da identidade nacional de que este período histórico é exemplo.

A Administração apresentou ao Conselho de Curadores um Plano de Atividades e Orçamento que comportam investimento significativos no valor estimado de cerca de 3.468.802,00€ de que se destaca:

- A criação de percursos no Campo de Batalha capazes de permitir a compreensão e visualização do sistema de defesa, musealizando novas valar e parte do sistema de covas do lobo.
- A criação do Terreiro de Batalha da Batalha de Atoleiros no ano que se comemoram os 640 anos deste importante momento.
- As obras finais e Conteúdos Museológicos para o Centro de Interpretação da Batalha da Restauração em Borba.
- A finalização do Terreiros da Batalha de Montes Claros e enquadramento do respetivo padrão e memorial.
- A conclusão e apresentação do Filme dedicado a Nuno Álvares Pereira.

c) Alterações relevantes no CIBA

Finalmente, deixamos uma nota sobre o CIBA, sede da Fundação Batalha de Aljubarrota e elemento essencial para o cumprimento dos seus objetivos fundacionais.

Com o objetivo de sustentar as ambições de crescimento e reconhecimento tanto do CIBA quanto da própria Fundação, propomo-nos continuar a investir na valorização dos dois componentes principais do espaço de visita: o interior e o exterior.

No espaço interior, pretendemos ampliar a área de exposição e renovar os seus conteúdos, apostando na modernização e digitalização da experiência do visitante. Buscamos criar uma maior interatividade entre os conteúdos, potenciando uma aprendizagem experiencial e envolvente. Para isso, estudamos a alteração do layout atual do circuito visitável, de modo a otimizar o fluxo dos visitantes e elaborar um percurso mais intuitivo e atrativo. O lobby de entrada será dotado de um filme de apresentação, com duração entre cinco a sete minutos, que contextualizará a visita. Também planeamos a introdução de uma “loja” como ponto obrigatório de passagem na saída, contribuindo para uma melhor experiência global.

Paralelamente à modernização digital, o centro de interpretação será enriquecido com conteúdos físicos adicionais, tais como réplicas de armaduras e armas, além de componentes arqueológicos, com o intuito de “tridimensional” a visita e aproximar o visitante da história.

A renovação do Auditório Alexandre Patrício Gouveia figura igualmente entre as nossas metas, com o objetivo de tornar este espaço mais versátil e capaz de acolher eventos de maior dimensão, permitindo uma utilização “multiusos” para atividades culturais, sem prejudicar a experiência atualmente oferecida.

Por fim, sentimos a necessidade de criar um espaço de Estudo, Reflexão e Análise, em formato de biblioteca, que disponibilize conteúdos relacionados com a Batalha Real, os seus

protagonistas e consequências, promovendo um ponto de encontro para investigadores e interessados.



Armas medievais no Campo Militar de Aljubarrota, abril de 2024

No espaço exterior, a melhoria da experiência do visitante é igualmente prioritária. Planeamos revitalizar o campo através de uma intervenção geral e a musealização das “covas de lobo” e outros vestígios como o fosso, a tardoza da Capela de São Jorge e reprodução de monumentalidade ligada a este período histórico existente noutros pontos históricos do país.

A visita à capela, já acessível ao público, será ampliada com ações especiais que serão previamente validadas com a paróquia e o Município de Porto de Mós. Está prevista a elaboração de uma exposição que ilustrará a evolução arquitetónica da capela ao longo dos séculos.

Em 2024 assegurou-se a recuperação da fachada do CIBA e do parque de merendas, melhorando a modernidade e o conforto para os visitantes. Dentro deste âmbito, considera-se ainda o restauro dos atuais cronotelescópios.

Para além destas melhorias, planeamos implementar um plano de ativações exteriores no campo de batalha, com iniciativas como:

- Recriações históricas;
- Exposições de caráter didático e explicativo;
- Atividades práticas alusivas à época, como o tiro ao arco;
- Introdução de elementos sonoros para enriquecer a experiência da visita.

Estas ações visam não só a preservação do património, mas também tornar a visita ao CIBA uma experiência cultural rica, inovadora e memorável, contribuindo para a promoção do conhecimento histórico e o desenvolvimento do turismo cultural na região.



Reprodução da armadura de D. João I, no Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota

14. ATIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA FUNDAÇÃO

O exercício de 2024 foi marcado por uma gestão financeira prudente e por resultados operacionais globalmente positivos, reforçando a solidez patrimonial da Fundação.

Destaca-se, em primeiro lugar, um ligeiro aumento dos donativos recebidos no âmbito da exploração, que totalizaram 157 mil euros, face aos 151 mil euros registados em 2023. Em contrapartida, verificou-se um decréscimo pouco acentuado nas receitas provenientes da bilheteira, da venda de artigos e da cafetaria. Esta diminuição é acompanhada também por uma ligeira redução nos juros e rendimentos similares de aplicações financeiras. Importa, contudo, destacar o apuramento de ganhos líquidos com a carteira de títulos, no montante de aproximadamente 1,9 milhões de euros (face a 1,2 milhões de euros em 2023), alavancados pela boa performance das cotações no final do ano. Este resultado teve um impacto significativo na rentabilidade do exercício.

A Fundação manteve igualmente uma cautela especial no domínio dos custos, sendo que os custos de pessoal representaram 9% da receita total incluindo receita financeira.

O resultado líquido positivo do exercício de 2024, no montante de 1.621.316 euros, encontra-se fortemente influenciado pelos referidos ganhos com aplicações financeiras, reforçando a sustentabilidade da atividade desenvolvida.

A Fundação mantém uma estrutura financeira robusta, com Fundos Próprios a ascenderem a 30,1 milhões de euros no final de 2024 (face a 26,7 milhões de euros no final de 2023), o que representa 99,7% do Ativo Líquido, que totalizou 30,2 milhões de euros em 2024 (26,8 milhões de euros em 2023).

O Conselho de Administração decidiu, neste exercício, que a política de atualização do fundo perpétuo deveria corresponder ao valor inicial, devidamente atualizado, de acordo com o INE/IPC. Assim, o montante atual de 11.013.017,43€ corresponde à dotação inicial de 7.500.000€ anualmente atualizada pelo referido índice de preços ao consumidor do ano. O valor do Fundo perpétuo representa o montante mínimo que a carteira de títulos deve assegurar como garantia da sustentabilidade permanente da Fundação. Consegue-se assim assegurar um melhor escrutínio sobre a parcela da carteira de títulos que deve ser assegurada como garantia da sustentabilidade permanente da Fundação.

15. APLICAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Conselho de Administração propõe que a variação patrimonial positiva apurada no exercício de 2024, no valor de 1.621.315,76€, seja transferida para a conta de "Variações Patrimoniais Transitadas".

A conta do Fundo Perpétuo, que representa o valor mínimo que a carteira de títulos e caixa, atualizado a dezembro de 2024, equivale a 11.013.017,43€ (de acordo com simulação do Instituto Nacional de Estatística, atualização de valores com base no Índice de Preços no Consumidor).

16. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Fundação Batalha de Aljubarrota gostaria de agradecer a toda a estrutura do Ministério da Cultura e do Património Cultural o apoio prestado ao projeto de recuperação de seis campos de batalha, de importância relevante para a História de Portugal. Sem o seu apoio estes locais históricos ter-se-iam certamente perdido para sempre.

O Conselho de Administração gostaria de agradecer a estreita colaboração de todos os restantes órgãos estatutários, nomeadamente do Conselho de Curadores na pessoa do seu Presidente, Dr. Daniel Proença de Carvalho e do Conselho Fiscal na pessoa do seu Presidente, Dr. Feliciano Barreiras Duarte.

A Fundação gostaria também de agradecer o acompanhamento que S.A.R, Dom Duarte, Duque de Bragança, Presidente do Conselho Histórico Institucional tem concedido às suas atividades.

Importa agradecer a colaboração e trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal de Fronteira, a quem a Fundação agradece todo o empenho na recuperação de património cultural, na criação do Roteiro da Guerra da Independência e no excelente trabalho desenvolvido no Centro de Interpretação da Batalha de Atouros.

Relativamente ao Centro de Interpretação da Guerra da Restauração e à obra de requalificação da zona envolvente ao Padrão da Batalha de Montes Claros, a Fundação não pode deixar de salientar o trabalho desenvolvido com a Câmara Municipal de Borba, nomeadamente com o seu presidente António Anselmo, no cuidado e valorização do património local e a preparação de um lugar de acolhimento do público na vila de Borba.

Na atividade da Fundação, gostaríamos de agradecer o trabalho realizado pela Dra. Maria Antónia Amaral na arqueologia, pela Dra. Luísa Borrallho nos arranjos paisagísticos, pelo Cor. Francisco Faria Paulino nos conteúdos expositivos de Aljubarrota e Borba, bem como pela frequente colaboração do Prof. João Gouveia Monteiro, nomeadamente em relação ao futuro filme sobre Nuno Álvares Pereira.

A assistência jurídica á Fundação foi também prestada pela Dra. Ana Paula Caldeira e pela Dra. Ana Jardim. O seu contributo foi particularmente importante na preparação do futuro filme sobre Nuno Álvares Pereira.

A Fundação agradece ao General António Joaquim Ramalhã Cavaleiro, diretor de História e Cultura Militar, por toda a colaboração demonstrada. Em Aljubarrota assegurou a participação do Exército nas comemorações do 14 de agosto, ao abrigo do Protocolo assinado em 2016 pelas duas instituições. A Fundação muito agradece esta colaboração, uma vez que será essencial para retratar a figura de Nuno Álvares com a qualidade e com a dignidade que ele merece.

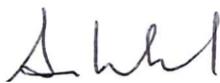
Relativamente á atividade do Centro de Interpretação, o Conselho de Administração gostaria de salientar o notável trabalho desenvolvido por todos os seus colaboradores, que se tem revelado da maior importância para proporcionar um acolhimento amável e sugestivo a todos os visitantes do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, a quem saúda na pessoa do seu Diretor Geral da Fundação, Tiago Paz. A forma como os seus visitantes são recebidos, deverá constituir sempre um fator distintivo deste Centro e um fator determinante para a divulgação da sua imagem.

A Fundação gostaria também de saudar as iniciativas conjuntas com a Câmara Municipal de Porto de Mós no seu Presidente Dr. Jorge Vala e no Presidente da Junta de Freguesia da Calvaria de Cima, Luís Silva e desejar os melhores sucessos na conclusão do Plano de Pormenor de São Jorge, no ano de 2025. Também um especial agradecimento ao Presidente da Camara da Batalha Raul Castro pela colaboração especial nas iniciativas conjuntas. Gostaríamos ainda de agradecer o interesse e empenho revelado pelas Câmaras Municipais de Porto de Mós, Trancoso, Fronteira, Borba, Batalha e Vila Viçosa nos trabalhos desta Fundação, em particular através dos seus Presidentes. A ação destes autarcas foi decisiva para que os locais históricos localizados nos respetivos concelhos possam ser devidamente dignificados e valorizados.

A Fundação agradece igualmente o empenho e rigor do Revisor Oficial de Contas, Dra. Ana Lourenço Gomes, na qualidade de representante da APPM – Calado, Machado, Ferreira, Filipe, Gomes & Associados, SROC, e de toda a sua equipa de auditoria, liderada pela Dra. Célia Mendes, na certificação legal de contas, conforme as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. A Fundação apresenta também ao seu gabinete de contabilidade (NTR, Lda.), na pessoa da Sra. Rosário Carreira, o merecido reconhecimento pelo trabalho desenvolvido.

Lisboa, 30 de abril de 2024

O Conselho de Administração,



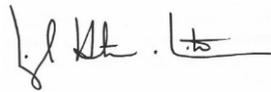
António Palma Ramalho



Diogo Homem Lucena



José Augusto Fernandes



Miguel Horta e Costa



Catarina Cunha Vieira

A) Corpos Sociais da Fundação Batalha de Aljubarrota

CONSELHO DE CURADORES

Dr. Daniel Proença de Carvalho - Presidente
Prof. Doutor Manuel Pinto Barbosa
Prof. Pedro Gomes Barbosa
Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz
Dr. Jaime Nogueira Pinto

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. António Palma Ramalho - Presidente
Dr. Miguel António Horta e Costa
Dr. Diogo Homem Lucena
Eng. Catarina Cunha Vieira
Dr. José Augusto Fernandes

CONSELHO EXECUTIVO

Dr. António Palma Ramalho – Presidente
Dr. José Augusto Fernandes

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof. Doutor Mário Jorge Barroca – Professor Associado com Agregação (Faculdade de Letras da Univ. do Porto)
Prof. Doutor Saúl António Gomes – Professor Associado com Agregação (Faculdade de Letras da Univ. de Coimbra)
Prof. Doutor Pedro Gomes Barbosa – Professor Catedrático (Faculdade de Letras da Univ. de Lisboa)

CONSELHO FISCAL

Dr. Feliciano Barreiras Duarte - Presidente
Sr. Jorge Nelson Quintas
APPM-CALADO, MACHADO, FERREIRA, FILIPE, GOMES & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Dra. Ana Cláudia Lourenço Gomes, ROC n.º 1038

CONSELHO HISTÓRICO E INSTITUCIONAL

S.A.R. o Duque de Bragança – Presidente
Dr. Adalberto Neiva de Oliveira
Cor. Américo José Guimarães Henriques
Dr. António Barroca Rodrigues
Dr. António Vitorino
Sr. Aprígio Jesus Ferreira dos Santos
Dr. Augusto Santos Silva
Sr. Francisco Faria Paulino
Dr. João Cortez Lobão
Sr. José Oliveira Ferreira
Dr. Luís Ferreira Calado
Prof. Doutor Saúl António Gomes

b) Classe de produtos comercializáveis com a marca Fundação Batalha de Aljubarrota

(BOLETIM DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL DE 31/10/2002)

- CLASSE 8: Utensílios manuais; cutelaria; instrumentos cortantes; armas brancas; artigos de caça.
- CLASSE 13: Explosivos, pós, foguetes, mechas, artifícios, armas de fogo ou de caça e respetivas munições; artigos de caça.
- CLASSE 14: Relojoaria.
- CLASSE 16: Papel, cartão e produtos nestas matérias, não incluídos noutras classes; produtos de impressão; artigos para encadernação; fotografias; papelaria; adesivos (materiais colantes), para papelaria ou para uso doméstico; material para artistas; pinceis; máquinas de escrever e artigos de escritório (com exceção dos móveis); material de instrução ou de ensino (com exceção dos aparelhos); matérias plásticas para a embalagem (não incluídas noutras classes); caracteres de imprensa; clichés (estereótipos).
- CLASSE 18: Couro e peles; selaria, correaria, chicotes; canas, guarda-chuvas, para-sóis, marroquinaria, malas e maletas de viagem.
- CLASSE 20: Escama, marfim, madrepérola, coral, baleia, corno, osso, em bruto ou polidos; cascos e reservatórios; marcenaria, móveis, molduras; camas, colchoaria confeccionada, medidas de madeira, cestaria comum; leques; cestaria fina; artigos de reclame; objetos de arte e de ornamento esculpidos, mobiliário de escola e de ginástica.
- CLASSE 21: Peles, pelos, lãs e sedas; artigos para cozinhas, vidraria, cristais, vidraça, espelhos, porcelanas, faiança, cerâmica; escovas, vassouras, pentes, esponjas e acessórios de *toilette*; artigos de reclame, objeto de arte e de ornamento esculpidos.
- CLASSE 22: Pelos, crinas, lãs e sedas, plumas; cordas, cordame e cordéis de qualquer espécie; plumas, penugens, lãs e crinas preparados para artigos de cama; tendas e toldos, artigos de pesca.
- CLASSE 24: Tecidos e produtos têxteis não incluídos noutras classes; coberturas de cama e de mesa.
- CLASSE 25: Vestuário confeccionado de todos os géneros; chapelaria, figurinos, malhas, luvaria; coletes, sapatos de todos os géneros.
- CLASSE 26: Flores artificiais, bordados, passamanaria; galões, botões, rendas, fitas, retosaria; agulhas e alfinetes, artigos de reclame.
- CLASSE 27: Tapetes, capachos, esteiras, linóleos e outros revestimentos de soalhos; tapeçarias murais, não em matérias têxteis.
- CLASSE 28: Quinquilharia, brinquedos, jogos diversos; artigos de pesca, de caça e de desporto.
- CLASSE 30: Chocolate, café, chá, cacau, pão, gelados, vinagre e molhos.
- CLASSE 33: Bebidas alcoólicas, incluindo vinhos.
- CLASSE 41: Organização de eventos de carácter cultural e desportivo, organização de conferências e seminários, serviços de formação.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Batalha de Aljubarrota** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 30.234.701 euros e um total de fundos próprios de 30.148.573 euros, incluindo um resultado líquido de 1.621.316 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Fundação Batalha de Aljubarrota** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido na Nota 24 do Anexo às demonstrações financeiras, chamamos a atenção para o assunto seguinte:

“Contudo, é de realçar que se mantém em 2025 um cenário internacional de grande instabilidade, com a continuação da guerra na Ucrânia, a incerteza sobre a evolução do conflito no Médio Oriente, a que acrescem os riscos associados à nova orientação de política geoestratégica e comercial dos EUA, com medidas de caris protecionistas, e à respetiva retaliação por parte dos países visados. Este quadro de instabilidade e incertezas tem tido repercussões no desempenho dos ativos de risco global, não sendo possível estimar com fiabilidade o impacto que ainda possa vir a ter na futura situação financeira da **Fundação Batalha de Aljubarrota**.

A Administração da **Fundação** continua a monitorizar estas situações, mas considera que os níveis dos Fundos Próprios da **Fundação** ainda são suficientes para absorver eventuais perdas.”

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidade do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas

nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório.

Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório do Conselho de Administração

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o Relatório da Conselho de Administração foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 30 de maio de 2025

**APPM–CALADO, MACHADO, FERREIRA,
FILIPE, GOMES & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por:



Ana Cláudia G. Lourenço Gomes
(ROC nº 1038 e CMVM Nº 20160652)

FUNDAÇÃO BATALHA DE ALJUBARROTA
 BALANÇO INDIVIDUAL
 Dezembro de 2024

(montantes expressos em Euro)

Rubricas	Notas	Exercícios	
		2024	2023
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	12 723 452,80	12 395 685,54
Propriedades de Investimento	6	150 968,85	162 703,29
Outros Ativos Financeiros		1 535,65	1 535,65
		12 875 957,30	12 559 924,48
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	7	48 565,96	52 498,96
Clientes	8	41 685,58	7 862,36
Adiantamento a Fornecedores			0,00
Estado e outros entes públicos	10	202,08	35,00
Outros créditos a receber	9	21 349,35	38 098,72
Diferimentos		4 405,79	5 382,74
Outros ativos financeiros	11	14 261 670,85	12 770 708,39
Caixa e depósitos a ordem	4	2 980 863,78	1 395 291,89
		17 358 743,39	14 269 878,06
TOTAL DO ATIVO		30 234 700,69	26 829 802,54

FUNDAÇÃO BATALHA DE ALJUBARROTA

BALANÇO

Dezembro de 2024

(montantes expressos em Euro)

Rubricas	Notas	Exercícios	
		2024	2023
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
FUNDOS PRÓPRIOS			
Dotação do Fundador		50 000,00	50 000,00
Fundo Perpétuo		11 013 017,24	10 690 878,26
Dotação Extraordinária do Fundador		14 895 850,43	14 895 850,24
Variações Patrimoniais Transitadas		-1 257 006,65	-2 120 630,31
Outras Variações dos Fundos Próprios		3 825 396,33	1 999 423,49
		<hr/>	<hr/>
		28 527 257,35	25 515 521,68
Resultados Líquidos do período		1 621 315,76	1 185 762,83
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	12	30 148 573,11	26 701 284,51
		<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	19	0,00	50 000,00
		<hr/>	<hr/>
		0,00	50 000,00
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		25 039,37	21 135,55
Estado e outros entes públicos	10	15 949,84	15 156,84
Outras contas a pagar	13	45 138,37	42 225,64
		<hr/>	<hr/>
		86 127,58	78 518,03
TOTAL DO PASSIVO		86 127,58	128 518,03
		<hr/>	<hr/>
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO		30 234 700,69	26 829 802,54
		<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

FUNDAÇÃO BATALHA DE ALJUBARROTA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Dezembro de 2024

(montantes expressos em Euro)

Rubricas	Notas	Exercícios	
		2024	2023
Rendimentos e Gastos			
Venda e Serviços Prestados	14	243 580,37	252 306,26
Variações de Produção		5 738,21	2 090,10
Subsídios à Exploração	15	157 076,67	151 135,00
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	7	-35 043,77	-50 674,35
Fornecimentos e Serviços Externos	16	-374 271,14	-355 032,71
Gastos com o Pessoal	17	-265 217,30	-223 315,65
Provisões	18	50 000,00	0,00
Aumentos/Redução do justo Valor	11	1 951 025,29	1 218 673,45
Outros Rendimentos	19	48 718,71	251 386,94
Outros Gastos	20	-247 505,66	-169 775,26
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 534 101,38	1 076 793,78
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-152 217,37	-136 088,32
Resultados Operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 381 884,01	940 705,46
Juros e rendimentos similares obtidos	21	249 371,42	260 584,87
Juros e gastos similares suportados		-5 688,05	-11 270,55
Resultados antes de impostos		1 625 567,38	1 190 019,78
Imposto sobre o rendimento do período	10	-4 251,62	-4 256,95
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		1 621 315,76	1 185 762,83

FUNDAÇÃO BATALHA DE ALJUBARROTA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2023

(montantes expressos em Euro)

Movimento do Período	Notas	Dotação Fundador	Fundo Perpétuo	Dotação Extraordinária Fundador	Variações Patrimoniais Transitadas	Outras Variações dos Fundos Próprios	Variações Patrimoniais exercício	Totais Fundos Próprios
Posição no Início de Período		50 000,00	13 500 000,00	14 895 850,24	1 073 098,74	1 748 547,13	-6 113 403,37	25 154 092,74
Alterações do Período								
Aumentos					2 919 674,32	535 126,00		3 454 800,32
Reduções			-2 809 121,74			-284 249,64		-3 093 371,38
Sub.								
Total			-2 809 121,74		2 919 674,32	250 876,36		361 428,94
Resultados Líquidos							1 185 762,83	1 185 762,83
Resultado Integral			-2 809 121,74		2 919 674,32		1 436 639,19	1 547 191,77
Operações com detentores de FP								
Aplicação dos resultados de 2022								
Sub.								
Total			0,00		-6 113 403,37		6 113 403,37	0,00
Posição no Fim de Período	12	50 000,00	10 690 878,26	14 895 850,24	-2 120 630,31	1 999 423,49	1 185 762,83	26 701 284,51

FUNDAÇÃO BATALHA DE ALJUBARROTA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2024

(montantes expressos em Euro)

Movimento do Período	Notas	Dotação Fundado	Fundo Perpétuo	Dotação Extraordinária Fundador	Variações Patrimoniais Transitadas	Outras Variações dos Fundos Próprios	Variações Patrimoniais exercício	Totais Fundos Próprios
Posição no Início de Período		50 000,00	10 690 878,26	14 895 850,24	-2 120 630,31	1 999 423,49	1 185 762,83	26 701 284,51
Alterações do Período								
Aumentos			322 139,17			2 036 800,00		2 358 939,17
Reduções					-322 139,17	-210 827,16		-532 966,33
Sub. Total			322 139,17		-322 139,17	1 825 972,84		1 825 972,84
Resultados Líquidos							1 621 315,76	1 621 315,76
Resultado Integral			322 139,17		-322 139,17		3 447 288,60	3 447 288,60
Operações com detentores de FP								
Aplicação dos resultados de 2023					1 185 762,83		-1 185 762,83	0,00
Sub. Total			0,00		1 185 762,83	0,00	-1 185 762,83	0,00
Posição no Fim de Período		50 000,00	11 013 017,43	14 895 850,24	-1 257 006,65	3 825 396,33	1 621 315,76	30 148 573,11

Fundação Batalha de Aljubarrota
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2024
 (montantes expressos em Euro)

	Notas	31.12.24	31.12.23
Atividades Operacionais			
Recebimentos de outros devedores		246 442,73	247 355,68
Pagamentos a fornecedores		-370 367,32	-308 397,02
Recebimentos (Pagamentos) respeitantes a mercadorias		3 933,00	-1 144,80
Outros recebimentos (pagamentos) relativos à atividade operacional		<u>-270 556,66</u>	<u>-412 429,99</u>
<i>Fluxo das atividades operacionais</i>		-390 548,25	-474 616,13
Atividades de Investimento			
Recebimentos (Pagamentos) respeitantes a:			
Juros e Aplicações Financeiras		313 511,06	911 128,88
Subsídios ao investimento		2 020 100,00	533 400,00
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		-482 245,54	-1 449 530,48
Propriedades de Investimento		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<i>Fluxo das atividades de Investimento</i>		1 851 365,52	-5 001,60
Atividades de Financiamento			
Recebimentos (Pagamentos) respeitantes a:			
Empréstimos bancários pagos		0,00	-213 871,56
Juros e gastos similares		<u>-5 688,05</u>	<u>-11 270,55</u>
		-5 688,05	-225 142,11
Recebimentos (Pagamentos) respeitantes a:			
Donativos recebidos		132 076,67	151 135,00
Donativos pagos		<u>-1 634,00</u>	<u>-27 601,42</u>
		130 442,67	123 533,58
<i>Fluxo das atividades de Financiamento</i>		124 754,62	-101 608,53
Varição de Caixa e seus equivalentes		1 585 571,89	-581 226,26
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 395 291,89	1 976 518,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	<u>2 980 863,78</u>	<u>1 395 291,89</u>
		1 585 571,89	-581 226,26

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O presente Anexo, relativo ao exercício económico que termina a 31 de dezembro de 2024, apresenta as divulgações que a Fundação Batalha de Aljubarrota considera que devem ser relatadas, incluindo o exigido pelo normativo designado por Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), com as adaptações necessárias à apresentação das contas de uma Fundação.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação Batalha de Aljubarrota tem a sua sede social na Av^a. D. Nuno Álvares Pereira, n.º. 45, 2º Dt.º. 2480 Calvaria de Cima, em S. Jorge, foi constituída em 15 de março de 2002 e foi reconhecida pelo Ministério da Administração Interna, por despacho de 22 de novembro de 2002, publicado no Diário da República, na II Série, em 16 de dezembro de 2002.

De acordo com o previsto nos seus estatutos, a Fundação tem essencialmente como fins a promoção, a requalificação e a preservação, do ponto de vista patrimonial, cultural e social, dos locais associados à Guerra da Independência, procurando reconstituí-los em museu aberto, com o objetivo de divulgar aos portugueses e aos turistas que nos visitam, esses acontecimentos da História de Portugal.

Em 27 de Setembro de 2003 o Ministério da Cultura concedeu à Fundação Batalha de Aljubarrota o Estatuto de Superior Interesse Cultural, o que permite que desde então, todos os donativos a esta Fundação possam beneficiar dos benefícios previstos no mecenato cultural. Em 29 de Agosto de 2003, e por publicação na II Série do Diário da República, a Fundação obteve o estatuto de Utilidade Pública. Por Despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 14 de fevereiro de 2013, este estatuto foi confirmado. O regime de Utilidade Pública das Fundações está hoje regulado na Lei-quadro das Fundações (LQF), aprovada pela Lei nº 24 / 2012, caducando a declaração no prazo de cinco anos sobre a data do Despacho.

Em princípios de 2004 foi concedida pelo Ministério das Finanças, por despacho do Senhor Diretor Geral dos Impostos de 25.03.2004, a isenção de IRC à Fundação Batalha de Aljubarrota, com efeitos a partir de 5 de agosto de 2003, relativamente aos rendimentos das Categorias B, E e F. Esta isenção foi publicada em Diário da República III Série, de 10 de maio de 2004, na página 10.239, em Despachos, Éditos, Avisos e Declarações.

Durante os exercícios de 2002 a 2007, a Fundação aplicou as importâncias que recebeu do Fundador e de terceiros, a título de Dotações e de donativos, respetivamente, na aquisição de terrenos, na compra de diversos equipamentos, em depósitos e na aquisição de títulos negociáveis. Em 2005 deu-se início ao lançamento do projeto e à construção do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota.

O exercício de 2008 ficou marcado pela conclusão e inauguração do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (2ª posição), que ocorreu em outubro de 2008, tendo os custos totais incorridos sido reconhecidos em Ativos Fixos Tangíveis e sujeitos a depreciação. Ocorreram, ainda, nesse ano, algumas compras e vendas de títulos negociáveis.

Em 2024 ocorreram aquisições de Ativos Fixos Tangíveis (AFT), no montante de cerca de 482 mil euros. As referidas aquisições referem-se, na sua maioria, à produção do filme sobre "A vida de Nuno Álvares Pereira", aos arranjos paisagísticos junto ao monumento padrão "Batalha dos

Montes Claros" e, ainda, à aquisição de painéis solares e projetor. A rubrica de AFT inclui uma perda por imparidade de 1.410 mil euros, relativa ao Edifício da 1ª posição do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, atendendo à reduzida rentabilidade desse ativo. A Administração da Fundação considera aquela perda adequada para ajustar o valor contabilístico desse ativo ao seu valor corrente, tendo em atenção, no entanto, o facto de que este valor corrente não poder ser considerado um valor de mercado, por se tratar de um ativo detido por uma Fundação, com uma finalidade cultural e histórica e não lucrativa. Os gastos com depreciações do exercício dos AFT ascenderam a 140 mil euros em 2024. As aquisições e as depreciações justificam o acréscimo do saldo da rubrica de Ativos Fixos Tangíveis em cerca de 328 mil euros, passando de um valor de Balanço de 12,4 milhões de euros em finais de 2023 para cerca de 12,7 milhões de euros em finais de 2024.

As Propriedades de Investimento (imóvel em Lisboa para arrendamento) sofreram um decréscimo em 2024, resultante das depreciações do exercício.

Os ativos financeiros continuam a ser sobretudo constituídos por ações e unidades de participação/ títulos de rendimento variável.

Os outros ativos financeiros aumentaram o seu valor de 12,8 milhões de euros em finais de 2023 para os 14,3 milhões de euros em finais de 2024. Esse aumento é explicado, sobretudo, pelo crescimento do justo valor dos títulos. Note-se que no ano de 2024 quase não ocorreram transações de títulos.

Os depósitos bancários aumentaram de 1.395 mil euros em finais de 2023 para 2.981 mil euros em 2024, para o que contribuiu a aplicação de fundos em depósitos a prazo.

O somatório dos ativos fixos tangíveis, as propriedades de investimento, os ativos financeiros e os depósitos bancários ascendem a 30,1 milhões de euros em finais de 2024 (26,7 milhões de euros em finais de 2023), representando estas 4 categorias de ativos cerca de 99,6% do Ativo da Fundação em 31 de dezembro de 2024.

A estrutura de Rendimentos e de Gastos da Fundação, em 2024, refletiu o seguinte:

- Um ligeiro aumento dos donativos recebidos à exploração – 157 mil euros em 2024 (151 mil euros em 2023).
- Um decréscimo das receitas de bilheteira, venda de artigos e da cafetaria – 244 mil euros em 2024 (252 mil euros em 2023).
- Apuramento dos ganhos líquidos com a carteira de títulos, decorrentes de ajustamentos ao justo valor, no montante de cerca de 1,9 milhões de euros (1,2 milhões de euros em 2023), para o que contribuiu a boa performance das cotações dos títulos no final do ano;
- Os juros e rendimentos similares de aplicações financeiras decresceram de 261 mil euros em 2023 para 249 mil euros em 2024.
- Os gastos com Fornecimentos e serviços externos sofreram um ligeiro acréscimo e passaram de 355 mil euros em 2023 para 374 mil euros em 2024.
- Os gastos com o Pessoal também sofreram um acréscimo, passando de 223 mil euros em 2023 para 265 mil euros em 2024.

O resultado positivo apurado no exercício de 2024, no montante de 1.621.316 euros está fortemente influenciado pelos ganhos líquidos ocorridos nas aplicações financeiras.

A Fundação continua dotada de uma estrutura financeira sólida. Os seus Fundos Próprios, que ascendem a 30,1 milhões de euros em finais de 2024 (26,7 milhões de euros em finais de 2023), asseguram o financiamento de 99,7% do Ativo Líquido da Fundação, que ascende a 30,2 milhões de euros em finais de 2024 (26,8 milhões de euros em finais de 2023).

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de Preparação e comparabilidade das demonstrações financeiras

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Diretrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010. Assim, para os exercícios que se iniciaram após esta data, a Fundação Batalha de Aljubarrota passou a seguir o preconizado pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), nomeadamente as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As Demonstrações Financeiras foram preparadas na base do regime do acréscimo (periodização económica) e na base da continuidade das operações, com as adaptações necessárias à atividade das Fundações, designadamente no que respeita ao registo contabilístico das rubricas de Fundos Próprios.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, são registados ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por imparidade, quando aplicáveis.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes de acordo com as vidas úteis estimadas dos bens, as quais se avalia como correspondendo às taxas mínimas legalmente aceites para efeitos fiscais, com exceção do referido nos parágrafos seguintes:

Os terrenos têm vida útil infinita pelo que não estão sujeitos a depreciação.

A rubrica de ativos fixos tangíveis inclui alguns bens não sujeitos a depreciação por se tratar de objetos de arte ou outros bens valiosos. Estes bens são anualmente sujeitos a verificação integral, nomeadamente quanto à identificação de eventuais perdas por imparidade, até à data inexistentes.

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Nos exercícios de 2012 até 2017, face à reduzida rentabilidade dos ativos

referentes à 1ª posição, a Administração optou por reconhecer perdas de imparidade nos montantes seguintes:

- 2012: 450 mil euros;
- 2013: 210 mil euros;
- 2014: 200 mil euros;
- 2015: 130 mil euros;
- 2017: 60 mil euros; e
- 2020: 360 mil euros.

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

Edifícios	2%
Ferramentas e Utensílios	10% a 25%
Equipamento Administrativo	12,5% a 25%
Equipamento Básico	6,3% a 33,33%

Os gastos incorridos com a construção e desenvolvimento do Centro de Interpretação (1ª posição) e com os arranjos exteriores (2ª posição), que estavam em 2011 capitalizados na rubrica de investimentos em curso, foram transferidos para Ativos Fixos Tangíveis em 2012 e sujeitos a depreciação desde essa data.

Os custos com as demolições e terraplanagens, de valor não muito elevado, bem como com vistorias de instalação elétrica, reforço de redes elétricas e trabalhos de arqueologia são reconhecidos em gastos do exercício.

3.2 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis, são registados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

3.3 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento, são registados ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por imparidade, quando aplicáveis.

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

Edifícios	2%
Obras de remodelação	10%

3.4 Inventários

As mercadorias refletem os diversos artigos e produtos, relacionados com o período histórico da Batalha de Aljubarrota, adquiridos para a loja do Centro de Interpretação e que se encontram à venda.

Os inventários estão mensurados pelo custo de aquisição. As saídas de inventário são reconhecidas de acordo com o critério do custo médio.

Sempre que o preço de mercado seja inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é repostada quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Foi registada em 2014 uma perda por imparidade no valor de 50.000 euros, reforçada em 2017 em 12.000 euros, com referência aos artigos com baixa rotação.

3.5 Clientes

As dívidas dos clientes são inicialmente reconhecidas pelo respetivo montante processado.

Quando existe evidência de que o valor a receber se encontra em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual o saldo a receber se encontra reconhecido e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial. Assim, o saldo apresentado no balanço corresponde ao montante que se considera efetivamente recebível.

3.6 Outros Ativos Financeiros

Os outros instrumentos financeiros relativos a instrumentos de capital próprio, as carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e outros cuja intenção de compra seja a negociação, são mensurados ao justo valor, com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na Demonstração dos Resultados por Naturezas, nas rubricas de Aumentos/Reduções de Justo Valor. Os referidos instrumentos financeiros são negociados em mercados organizados, sendo o justo valor obtido de forma fiável, com base em informações prestadas por instituições financeiras.

Os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável são mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

As mais e menos valias realizadas com a venda dos títulos estão reconhecidas em resultados, respetivamente, nas rubricas de Outros Rendimentos e Ganhos e de Outros Gastos e Perdas.

Os ganhos ou perdas com os contratos *forwards* de cobertura cambial à data do balanço (variação do justo valor) são reconhecidos nos fundos próprios, dando origem a um ativo ou passivo, respetivamente. Esses ganhos ou perdas são reconhecidos em resultados quando o item coberto também o for, ou na data de vencimento do contrato *forward*.

3.7 Caixa, Depósitos à Ordem e Outros Depósitos Bancários

Os montantes incluídos nesta rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, e depósitos a prazo, imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

3.8 Diferimentos e Outras Contas a Receber e a Pagar

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os respetivos rendimentos e gastos são registados em Outros créditos a receber, Outras dívidas a pagar e em Diferimentos.

3.9 Fornecedores

As contas de Fornecedores encontram-se mensuradas pelo método do custo e são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros, sendo o efeito do desconto considerado imaterial.

3.10 Rubricas dos Fundos Próprios

Dotações inicial e extraordinária do Fundador

As dotações refletem a dotação Inicial do Fundador no valor de 50.000 euros e as dotações adicionais efetuadas pelo Fundador, no montante de 14.895.850 euros, que estão refletidas na rubrica de " Dotação Extraordinária do Fundador".

Fundo perpétuo

No final de 2003 foi, também, decidido pelo Fundador instituir um fundo perpétuo de 7.500.000 euros. De acordo com os estatutos da Fundação, nomeadamente o n.º 5 do artigo 5º, o fundo perpétuo deve ser atualizado anualmente, de acordo com a taxa de inflação fixada pelo Governo, no final de cada ano civil.

Até final de 2022, a política de atualização do fundo perpétuo não seguiu a regra prevista nos estatutos, sendo a atualização anual determinada em função do resultado líquido obtido. Assim, no final de 2022 o fundo perpétuo ascendia ao montante de 13.500.000 euros.

Em 2023, a Administração decidiu que a política de atualização do fundo perpétuo deveria corresponder à prevista nos estatutos da Fundação. Considerando essa regra, o valor atual do fundo perpétuo apurado à data de 31-12-2024 é de 11.013.017 euros, pelo que se procedeu a um aumento no montante de 322.139 euros, em contrapartida de Variações patrimoniais transitadas.

Variações Patrimoniais Transitadas

Esta rubrica reflete os montantes acumulados dos resultados dos exercícios anteriores / variações patrimoniais dos exercícios anteriores, líquidos das transferências efetuadas de e para Fundo Perpétuo.

Outras Variações nos Fundos Próprios

Nesta rubrica são reconhecidas as participações não reembolsáveis, recebidas para financiamento de investimentos. À data de 31-12-2024, estão reconhecidas as participações recebidas do POSC e Turismo de Portugal para apoio à construção do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (1ª e 2ª posições). As referidas participações estão a ser reconhecidas em ganhos proporcionalmente ao valor dos gastos incorridos e das depreciações anuais, que vão ser contabilisticamente efetuadas durante o seu período de vida útil, ascendendo a cerca de 1,3 milhões de euros em finais de 2024. Também estão a ser reconhecidas nesta rubrica os apoios recebidos ao abrigo do regime da Autorização de Residência para Atividade de Investimento (ARI). Esses apoios destinam-se a financiar os projetos culturais "Filme sobre a vida de D. Nuno Alvares Pereira", no montante de 970 mil euros, e "Recuperação da paisagem do campo de batalha de Aljubarrota, e posterior execução de trabalhos arqueológicos", no montante de 1.750 mil euros.

Variações Patrimoniais do Exercício / Resultado líquido

Esta rubrica inclui o resultado líquido do período.

3.11 Rédito

O rédito relativo às vendas e prestações de serviços é reconhecido no período em que as mesmas ocorrem.

3.12 Donativos- Subsídios à exploração

Os donativos entregues à Fundação por diversas entidades, ao abrigo da Lei do Mecenato, são reconhecidos na Demonstração das Variações Patrimoniais / Demonstração dos Resultados por Natureza na rubrica da Subsídios à Exploração. Os donativos prometidos, mas ainda não recebidos, são reconhecidos na conta de Clientes. Relativamente aos donativos prometidos e não cobrados tem sido reconhecida a respetiva imparidade, sempre que tal se tenha justificado.

3.13 Imposto sobre Lucros

A Fundação Batalha de Aljubarrota obteve em 2003 o Estatuto de Utilidade Pública e o Estatuto de Superior Interesse Cultural.

Em 2004 foi concedida pelo Ministério das Finanças a isenção de tributação em Sede de IRC, com efeitos a partir de 5 de Agosto de 2003, relativamente aos rendimentos das categorias B, E e F. Logo não existe lugar a tributação sobre os resultados líquidos positivos do exercício, com exceção da tributação autónoma.

3.14 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

Sempre que a Fundação Batalha de Aljubarrota reconhecer a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual virá a exigir o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão. Na possibilidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantendo-se a possibilidade de afetar os exercícios futuros, a Fundação não reconhece um passivo contingente mas promove a sua divulgação.

À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

3.15 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

4. CAIXA E DEPÓSITOS

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os saldos de Caixa e de Depósitos Bancários apresentam a decomposição seguinte:

Conta	31-12-2024	31-12-2023
Caixa	2.923,32	4.516,77
Depósitos à ordem	539.548,79	392.607,52
Depósitos a prazo	2.438.391,67	998.167,60
Total caixa e depósitos bancários	2.980.863,78	1.395.291,89

Dentro desta rubrica destacam-se os depósitos à ordem e os depósitos a prazo no Novo Banco, de 355.936 euros e 1.250.000 euros, respetivamente, e os depósitos à ordem e a prazo na UBS, de 145.336 euros e 1.188.392 euros, respetivamente.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido em 2024 nas rubricas de ativos fixos tangíveis pode resumir-se como segue:

Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Investimentos em Curso	TOTAL
Valor Bruto no início do período	6 826 057,75	5 843 843,11	5 954 620,65	0,00	676 161,12	5 382,50	1 926 304,31	21 232 369,94
Depreciações acumuladas no início do período	0,00	-2 405 458,48	-5 812 244,29	0,00	-613 826,04	-5 155,09	0,00	-8 836 683,90
Saldo no início do período	6 826 057,75	3 438 384,63	142 376,36	0,00	62 335,08	227,41	1 926 304,31	12 395 686,54
Aumentos do Período	2 464,22	0,00	94 103,39	0,00	2 047,66	0,00	383 630,27	482 245,54
Diminuições por alienação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	578 600,00	291 359,69	0,00	0,00	0,00	0,00	-869 959,69	0,00
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações do período	0,00	-113 658,60	-22 765,79	0,00	-4 014,79	-43,75	0,00	-140 482,93
Regularização de depreciações	0,00	0,00	0,00	0,00	-13 995,35	0,00	0,00	-13 995,35
Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Bruto no fim do período	7 407 121,97	6 135 202,80	6 048 724,04	0,00	678 208,78	5 383,00	1 439 974,89	21 714 615,48
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	-2 519 117,08	-5 835 010,08	0,00	-631 836,18	-5 198,84	0,00	-8 991 162,18
Saldo no fim do Período	7 407 121,97	3 616 085,72	213 713,96	0,00	46 372,60	183,66	1 439 974,89	12 723 452,80

Os Investimentos em curso em finais de 2024, no valor de 1.439.975 euros, incluem os adiantamentos efetuados a título de sinal para a aquisição de terrenos e edifícios (64.500 euros), que reduziram 642.980 euros em 2024 com a realização das escrituras, estando as restantes escrituras previstas para 2025. Inclui, ainda, os gastos com a produção do filme sobre a vida de D. Nuno Alvares Pereira (1.338.910 euros). A Edificação de Borba (58.998 euros) e os Arranjos Paisagísticos Montes Claros (167.982 euros) foram transferidos, no final de 2024, para AFT firme pela sua conclusão.

O valor correspondente a edifícios e outras construções está líquido de uma perda por imparidade constituída de 2012 a 2017 e reforçada em 2020, no montante total de 1.410.373 euros, que resulta da fraca rentabilidade do Edifício e Equipamentos da 1ª posição e das reduzidas perspetivas de que este ativo venha a gerar cash-flows positivos num futuro próximo.

6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica reflete o valor de aquisição (150.000 euros) de um imóvel em Lisboa, na freguesia das Mercês, bem como o valor das obras de remodelação, entretanto realizadas (94.844,36 euros), num total de 244.844 euros. O referido imóvel foi adquirido com vista a obter um rendimento proveniente do seu aluguer.

Em 2024 foram reconhecidas depreciações, no montante de 11.734 euros, ascendendo as depreciações acumuladas ao montante de 93.876 euros.

7. INVENTÁRIOS- MERCADORIAS

A rubrica de inventários reflete os artigos e produtos, relacionados com o período histórico da Batalha de Aljubarrota, adquiridos em 2024 e em anos anteriores para a loja do CIBA (2ª posição) e Mosteiro da Batalha.

O movimento ocorrido foi o seguinte:

	Inventários
Existências Iniciais	52.498,96
Compras líquidas de devoluções	31.110,77
Custo das vendas	-35.043,77
Imparidade	0,00
Existências Finais	<u>48.565,96</u>

A Administração da Fundação decidiu registar em anos anteriores uma imparidade de 62.000 euros, para reconhecer a perda potencial na venda das mercadorias de baixa rotação, a qual se

mantém até 2024. O valor dos Inventários constante do Balanço sofreu um ligeiro decréscimo devido, essencialmente, a uma redução das compras em relação ao ano anterior.

8. CLIENTES

O saldo de Clientes evidenciado no Balanço à data de 31 de dezembro de 2024, no montante de 41.685,58 euros, refere-se, sobretudo, a donativos que se estimam receber em 2025.

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A rubrica de Outros créditos a receber detalha-se como segue:

Outros créditos a receber	31-12-2024	31-12-2023
Juros a receber	10.074,04	28.347,89
Outros devedores	11.275,31	9.750,83
Total	<u>21.349,35</u>	<u>38.098,72</u>

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os saldos a pagar ao Estado e Outros Entes Públicos detalham-se como segue:

	31-12-2024	31-12-2023
Ativo		
Diversos	35,00	35,00
IVA	167,08	-
Total	202,08	35,00
Passivo		
Diversos	36,20	214,95
IRC estimado	4.251,62	4.256,95
Retenção de IRS dependente	1.963,75	1.968,00
Imposto sobre o Valor acrescentado	1.413,42	570,95
Contribuições para Segurança Social	8.284,85	8.145,99
Total	15.949,84	15.156,84

O IRC estimado foi de 4.251,62 euros e corresponde apenas à Tributação Autónoma, conforme descrito na Nota 3.

Não existem quaisquer dívidas em mora para com o Estado e Outros Entes Públicos.

11. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

O saldo desta conta, em 31 de dezembro de 2024, engloba diversas aplicações financeiras, essencialmente em ações e em fundos de investimento, geridas pelas entidades seguintes e nos montantes que se seguem:

<u>Novo Banco:</u>	<u>Euros</u>
Fundo Robeco Cap.	58.539,55
Nordea – Europ. Covered Bd	71.751,34
Outros Fundos	50.393,67
PRI Holding SGPS	200.000,00
Imparidade	<u>(200.000,00)</u>
	-
<u>GNB Gestão de Patrimónios</u>	
Ações, Fundos e Obrigações diversas (CXGD, GNB Capital Bubill, Powershares NSDQ 100 e outros)	1.020.202,86
<u>Millennium</u>	
Leo Flexib. Eq. A	635.122,00
<u>UBS</u>	
Ações, Fundos e Obrigações (a)	10.375.231,43
<u>Outras entidades</u>	
Pradera e Jropean retail Parks	821.249,00
Pradera Junior Notes	110.000,00
VO Feeder LP (VWH Offsh)	331.037,00
Conway Offshore Access Funf Ltd	297.283,00
Alvarium Atlas Ltd	460.054,00
MW Global Opportunities Fund	<u>212.749,00</u>
 SUB TOTAL	 <u>14.443.612,85</u>
 Forwards cambiais	 <u>-181.942,00</u>
 TOTAL	 <u>14.261.670,85</u>

(a) Inclui ações, obrigações e fundos diversos, designadamente: Pinco Funds Income, CTFS Breven Howard Alpha Strategies, CTFS Hudson Bay In Shares A, CTFS Algebris Fin Credit, Fundsmith Equity Fund, Invesco QQQ Trust Serie 1, S&P 500, SPDR Gold Trust, e Ishares Dj Euro Stoxx Banks (Eur) ETF, entre outros.

Os ganhos e perdas realizadas com a alienação dos títulos são reconhecidos em resultados, nas rubricas de Outros rendimentos e de Outros gastos (ver Notas 19 e 20 abaixo). Os rendimentos obtidos com juros e dividendos estão reconhecidos na rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos (ver Nota 21 abaixo).

Os Outros ativos financeiros encontram-se reconhecidos ao justo valor.

Os aumentos e reduções de justo valor, cujo valor líquido representa um ganho líquido de 1.951.025,29 euros, foram os seguintes:

	Aumentos de <u>justo valor</u>	Reduções de <u>justo valor</u>
Novo Banco Private	7.273,79	1.015,05
GNB Gestão de Patrimónios	78.890,65	1.819,90
Millennium	189.235,84	-
UBS	1.678.846,20	27.553,71
Outras entidades	<u>126.722,50</u>	<u>99.221,04</u>
Total	<u>2.080.968,99</u>	<u>129.609,70</u>

Dentro das aplicações financeiras na UBS existem os seguintes contratos:

Forwards

Discriminação dos Forwards existentes:

- Vencimento em janeiro e maio de 2025
- Cobertura cambial

1- Avaliação da Compra e Venda Forward de moeda

Moeda	Montante Nominal	Data Fim	Data Avaliação	Valor da Transação	Valor de Mercado	Valor Presente	Valor (Euro)
NZD	-990 000	15.01.2025	31.12.24	551 084	-535 739	551 248	15 509
USD	-3 600 000	9.05.2025	31.12.24	3 259 196	-3 476 645	3 279 194	-197 451
Total							-181 942

O montante de 181.842 euros, corresponde a perdas líquidas potenciais com os contratos forwards de cobertura cambial à data do balanço (variação do justo valor), os quais são reconhecidos nos fundos próprios (ver Nota 12 abaixo) em contrapartida de outros ativos financeiros.

12. FUNDOS PRÓPRIOS

O movimento ocorrido nas rubricas de Fundos Próprios, em 2023, pode resumir-se como segue:

Rubrica	Saldo Inicial	Reduções	Aumentos	Transferências	Saldo Final
Dotação do Fundador	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Dotações Adicionais:					
Fundo Perpétuo	10.690.878,26	0,00	322.139,17	0,00	11.013.017,43
Dotação Extraordinária	14.895.850,24	0,00	0,00	0,00	14.895.850,24
Variações Patrimoniais Transitadas	(2.120.630,31)	0,00	(322.139,17)	1.185.762,83	(1.257.006,65)
Outras Variações nos Fundos Próprios	1.999.423,49	(210.827,16)	2.036.800,00	0,00	3.825.396,33
Resultado do Exercício	1.185.762,83		1.621.315,76	(1.185.762,83)	1.621.315,76
Total	26.701.284,51	(210.827,16)	3.658.115,76	0,00	30.148.573,11

Na rubrica de Outras Variações nos Fundos Próprios estão registadas as participações do POSC – Plano Operacional da Sociedade do Conhecimento e do Instituto Turismo Portugal, referentes à construção do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (1ª e 2ª posição). Essas participações variam entre 15% e 56% do investimento elegível e ascendem a cerca de 1.287 mil euros. Estão, também, reconhecidos os apoios recebidos ao abrigo do regime da Autorização de Residência para Atividade de Investimento (ARI), que se destinam a financiar os projetos culturais "Filme sobre a vida de D. Nuno Alvares Pereira", no montante de 970 mil euros, e "Recuperação da paisagem do campo de batalha de Aljubarrota, e posterior execução de trabalhos arqueológicos", no montante de 1.750 mil euros. As participações e os apoios são reconhecidos em resultados, proporcionalmente às taxas de depreciações anuais. Esses ganhos são reconhecidos na conta de Outros Rendimentos da Demonstração de Resultados (ver Nota 19 abaixo).

As Outras Variações nos Fundos Próprios incluem, ainda, a perda potencial com a variação do justo valor dos contratos forwards de cobertura cambial à data de 31 de dezembro de 2024 (181.942 euros).

De salientar que à Fundação foi concedida, no ano de 2004, pelo Ministério das Finanças, por despacho do Sr. Diretor Geral dos Impostos, a isenção de IRC com efeitos a partir de 5 de Agosto de 2003.

13. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica de Outras dívidas a pagar detalha-se como segue:

Outras dívidas a pagar	31-12-2024	31-12-2023
Credores por acréscimos de gastos	41.774,92	40.170,47
Outros Credores	3.363,45	2.055,17
Total	45.138,37	42.225,64

Na rubrica de Credores por acréscimo de gastos estão registados os gastos com a estimativa de férias e subsídio de férias e respetivos encargos referentes a 2024 a pagar em 2025 e, também, outros gastos referentes a 2024 que apenas serão faturados pelas entidades em 2025.

14. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O rédito proveniente de vendas e prestação de serviços (243.580,37 euros) decresceu em comparação com o exercício anterior e refere-se, essencialmente, às vendas de merchandising efetuadas na loja do CIBA, no montante de 46.677 euros (50.368 euros em 2023), receitas de bilheteira no valor de 163.587 euros (161.384 euros em 2023) e Vendas da Cafeteria e alugueres no valor 33.316 de euros (40.554 euros em 2023). O decréscimo é explicado, essencialmente, pela redução de vendas de merchandising e receita de cafeteria e alugueres.

15. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO- DONATIVOS

Em 2024, verifica-se um ligeiro crescimento nos Donativos recebidos. Tal como em exercícios anteriores, a Fundação recebeu donativos de diversas entidades, no montante de 157.077 euros (151.135 euros em 2023), essencialmente entregues pelo Novo Banco, Sociedade Agrícola Quinta da Feira, Augusto Duarte Reis, SA, Leirimetal, SA, Sociedade de Distribuição Tabacos, Lda e Sostate, SA..

Os donativos são reconhecidos pelo Ministério das Finanças conforme despacho Conjunto e ao abrigo da Lei do Mecenato no período de 2004/2008 e visam a realização do projeto de Recuperação e Valorização do Campo Militar de São Jorge e áreas envolventes, que foi considerado de superior interesse cultural.

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nesta rubrica estão registadas todas as despesas gerais efetuadas ao longo do ano, destacando-se as seguintes:

Fornecimentos e serviços externos	2024	2023
Trabalhos especializados	116.284,01	148.310,47
Honorários	29.123,00	11.440,46
Publicidade e Propaganda	16.755,13	8.390,26
Deslocações e estadas	75.988,82	80.377,24
Eletricidade	27.203,68	30.943,51
Serviços bancários	7.255,83	6.955,61
Conservação e reparação	47.769,57	7.687,59
Gastos com eventos	23.510,87	33.965,27
Materiais	8.323,65	9.393,61
Outros Gastos	22.056,58	17.568,69
Total	374.271,14	355.032,71

Os Trabalhos Especializados incluem gastos com consultoria jurídica, contabilidade, assistência técnica, auditoria e trabalhos diversos de recriação histórica. Nos Honorários estão os gastos com trabalhos arqueológicos, entre outros. Os gastos com Conservação e Reparação incluem os gastos com limpeza de terrenos, trabalhos de pintura, fornecimentos e substituição de materiais e outros consumíveis. Os gastos com Eventos incluem, essencialmente, os bilhetes para as atividades de Arborismo da Musterteams.

17. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica decompõe-se como segue:

Gastos com o pessoal	2024	2023
Remunerações dos Órgãos Sociais	36.464,00	31.050,00
Remunerações do Pessoal	181.794,72	149.294,39
Encargos sobre Remunerações	42.538,27	35.699,44
Outros gastos com o pessoal	4.420,31	7.271,82
Total	265.217,30	223.315,65

No final do ano 2024 o quadro de pessoal da Fundação era de 14 pessoas, número idêntico a 2023.

O aumento das remunerações deve-se ao facto de 2024 ser um ano completo de remunerações do pessoal que foi admitido em 2023 (abril e dezembro).

18. PROVISÕES

A provisão, no montante de 50.000 euros, destinava-se a fazer face a responsabilidades contingentes decorrentes de ações judiciais. Dado que não existem quaisquer ações judiciais contra a Fundação Batalha de Aljubarrota, nem existe qualquer outra obrigação legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado, da qual seja provável um exfluxo de recursos, a Administração da Fundação decidiu reverter a provisão, pois não estão reunidas as condições para a sua existência.

19. OUTROS RENDIMENTOS

Discrimina-se como segue:

Outros rendimentos	2024	2023
Em instrumentos financeiros	894,00	160.611,62
Subsídios ao investimento	27.159,16	36.058,64
Outros	20.665,55	54.716,68
Total	48.718,71	251.386,94

A redução dos rendimentos em instrumentos deve-se ao facto de em 2024 quase não terem ocorrido vendas de títulos e as ocorridas não geraram mais valias significativas. A rubrica de Outros refere-se sobretudo a diferenças de câmbio favoráveis (20 mil euros).

O saldo de subsídios ao investimento refere-se ao reconhecimento em ganhos de parte das participações recebidas de POSC e Instituto Turismo de Portugal. Esse reconhecimento é proporcional às depreciações do exercício relativas aos investimentos abrangidos por essas participações (ver Nota 12).

20. OUTROS GASTOS

Discrimina-se como segue:

Outros gastos	2024	2023
Em instrumentos financeiros	127.288,48	46.014,98
Correções relativas a período anterior	21.026,82	15.556,50
Donativos concedidos	1.634,00	27.601,42
Outros	97.556,36	80.602,36
Total	247.505,66	169.775,26

Os gastos com instrumentos financeiros, no montante de cerca de 127 mil euros, referem-se a menos valias com a venda de obrigações (12 mil euros) e de outros títulos (Alvarium Atlas, Ltd – 43 mil euros). Inclui, também, *forwards* cambiais (72 mil euros). A rubrica "Outros" inclui,

essencialmente, comissões de gestão da carteira UBS (50 mil euros), e diferenças cambiais desfavoráveis (25 mil euros).

21. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Discrimina-se como segue:

Juros e rendimentos similares obtidos	2024	2023
Juros e dividendos obtidos em aplicações financeiras	193.355,90	238.579,45
Em depósitos	56.015,52	22.005,42
Total	249.371,42	260.584,87

Os juros e rendimentos similares obtidos, referem-se, essencialmente, aos juros e dividendos recebidos em 2024, dos títulos geridos pela UBS (168 mil euros; 165 mil euros em 2023) e pela GNB – Gestão de Patrimónios (23 mil euros; 71 mil euros em 2023). O crescimento dos juros de depósitos deve-se ao aumento das aplicações em depósitos a prazo na UBS e Novo Banco.

22. PARTES RELACIONADAS

Remunerações do pessoal chave da gestão

Um dos Administradores auferiu uma remuneração mensal de 2.500 euros pelo exercício do seu cargo.

Não existem quaisquer relações com partes relacionadas para além das descritas neste Anexo.

23. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do exercício de 2024.

Contudo, é de realçar que se mantém em 2025 um cenário internacional de grande instabilidade, com a continuação da guerra na Ucrânia, a incerteza sobre a evolução do conflito no Médio Oriente, a que acrescem os riscos associados à nova orientação de política geoestratégica e comercial dos EUA, com medidas de cariz protecionistas, e à respetiva retaliação por parte dos países visados. Este quadro de instabilidade e incertezas tem tido repercussões no desempenho dos ativos de risco global, não sendo possível estimar com fiabilidade o impacto que ainda possa vir a ter na futura situação financeira da Fundação Batalha de Aljubarrota.

A Administração da Fundação continua a monitorizar estas situações, mas considera que os níveis dos Fundos Próprios da Fundação ainda são suficientes para absorver eventuais perdas.

A Administração



António Palma Ramalho



José Augusto Fernandes

O Contabilista Certificado



Rosário Carreira



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA

Fundação Batalha de Aljubarrota

1. No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho Fiscal apresentar o Relatório da sua atividade no exercício, bem como o Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e sobre as Contas de 2024 da Fundação Batalha de Aljubarrota, incluindo a proposta de aplicação do resultado do exercício, submetidos à sua apreciação pela Administração, contas estas que evidenciam um total de Ativo líquido de 30.234.701 euros e um total dos fundos próprios de 30.148.573 euros, incluindo um resultado líquido de 1.621.316 euros (resultado líquido de 1.185.763 euros em 2023).
2. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da Fundação, principalmente através da informação contabilística, financeira e de gestão que lhe foi disponibilizada, tendo recebido da Administração e do Gabinete de Contabilidade os esclarecimentos às questões formuladas. Efetuámos uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos, bem como sondagens dos registos e outros elementos comprovativos, com a frequência e extensão considerados necessários, com resultados satisfatórios.
3. Apreciamos o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo às Demonstrações Financeiras. Consideramos que estes documentos dão satisfação às disposições legais e estatutárias.
4. Sublinhamos que o resultado do exercício apurado pela Fundação em 2024 é explicado, sobretudo, pelos ganhos apurados em Instrumentos Financeiros, nomeadamente os respeitantes ao aumento do justo valor dos títulos em carteira à data de 31 de dezembro de 2024.
5. Assinalamos que, dada o cenário internacional de grande instabilidade, devido aos conflitos entre a Rússia e a Ucrânia e no Médio Oriente, bem como à nova orientação política e comercial dos EUA, é impossível prever como se irão comportar os mercados no decurso do ano 2025 e quais os impactos que poderão ter na carteira de investimento da Fundação.
6. Apreciamos o conteúdo da Certificação Legal de Contas emitida nesta data pelo Revisor Oficial de Contas, sem reservas e com ênfase, com cujo conteúdo concordamos e que é parte integrante deste Relatório e Parecer.
7. Tomámos também conhecimento do conteúdo do Relatório Anual do Revisor Oficial de Contas, emitido, também nesta data, ao cuidado da Administração da Fundação, com a descrição do trabalho efetuado pelo Revisor Oficial de Contas e com a apresentação de recomendações visando a melhoria dos procedimentos de controlo sobre os Ativos e sobre os registos da Fundação.

8. O Conselho Fiscal não pode deixar de realçar a solidez financeira da Fundação, dado que os seus Fundos Próprios no valor de cerca de 30,1 milhões de euros em finais de 2024, financiam cerca de 99% do ativo líquido total da Fundação que ascende a 30,2 milhões de euros nessa mesma data.

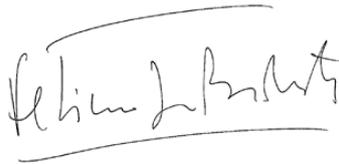
9. Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de parecer:

9.1 Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo às Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício de 2024, apresentados pela Administração da Fundação.

9.2 Que seja aprovada a Proposta da Administração sobre a aplicação do Resultado do Exercício no montante de 1.621.316 euros.

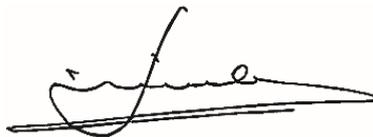
Lisboa, 30 de maio de 2025

O CONSELHO FISCAL,



Feliciano Barreiras Duarte

Presidente



Jorge Nelson Quintas

Vogal

**APPM-CALADO, MACHADO, FERREIRA,
FILIPE, GOMES & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por:



Ana Cláudia G. Lourenço Gomes
(ROC nº 1038 e CMVM Nº 20160652)

Vogal

RELATÓRIO E CONTAS 2024
maio de 2025

EDIÇÃO
FUNDAÇÃO BATALHA DE ALJUBARROTA
av. d. nuno álvaes pereira n.º 45, 2.º dto.
2480-062 calvaria de cima
Portugal

t. | f. +351 244 482 087
www.fundacao-aljubarrota.pt